



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 513 - DE 31 DE JANEIRO A 13 DE FEVEREIRO DE 2016 - R\$ 3,00

Realizado o XIII Congresso do Partido Operário Revolucionário



**Sob a consigna de Socialismo ou Barbárie
e dedicado à memória dos revolucionários
Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht**



Viva a Revolução Proletária!

92 anos da morte de Vladimir Lênin

Viva o Internacionalismo Proletário!



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Realizado o XIII Congresso do Partido Operário

Nos dias 16 e 17 de janeiro de 2016, em São Paulo, reuniram-se os delegados do XIII Congresso que aprovaram as resoluções internacional, sobre a restauração capitalista na Rússia, nacional e sobre as opressões. Também foi aprovado o informe político da direção e eleito no novo Comitê Central. Para o partido leninista, o Congresso cumpre a tarefa de responder aos grandes problemas da luta de classes e armar organizativamente o partido para intervir no seio das massas com uma diretriz revolucionária o mais bem definida possível. Está aí por que tem de ser preparado com antecedência. Nos seus anos de existência, a militância porista aprendeu a não improvisar as posições. A direção partidária está obrigada a preparar os documentos com o tempo necessário para que o conjunto da militância participe da elaboração coletiva e exerça a crítica marxista. Temos realizado regularmente o Congresso a cada dois anos. Essa constância e a dedicação à compreensão do desenvolvimento da crise mundial e nacional do capitalismo têm permitido a constituição do POR como organização leninista, isto é, de quadros que dominam a teoria vinculada à prática e vice-versa. Essa orientação nos distingue das correntes centristas e revisionistas que pouco a pouco se distanciam do marxismo e relegam o leninismo ao passado. A luta por organizar o partido no seio do proletariado nos tem demonstrado o quanto é profunda a crise de direção revolucionária, que se abriu com a vitória do estalinismo e a derrota da Oposição de Esquerda Russa na ex-União Soviética. Os quadros marxistas não se formam do dia para a noite e estão, em grande medida, condicionados à evolução política do proletariado.

Não se põe em pé um partido revolucionário desvinculado do passado da luta de classes no país e internacional, desvinculado dos avanços e retrocessos da classe operária. Basta observar que o auge do proletariado brasileiro foi alcançado sob a direção do partido comunista, que se degenerou prematuramente no estalinismo e que durante décadas promoveu a colaboração de classes. O golpe militar de 1964 encerrou todo um período histórico do nacionalismo burguês e da submissão do partido comunista aos governos que prometiam a independência nacional. Sobreveio a desintegração do partido comunista e o surgimento de inúmeras correntes que se lançaram à luta armada (foquista) à margem dos explorados. O estilhaçamento e a dispersão da militância de esquerda expressaram a vitória política da burguesia brasileira e do imperialismo. A derrota militar e a brutal caça àqueles que se rebelaram contra a ditadura foram consequências do impasse a que chegou a esquerda diante do nacionalismo decadente e a sua incapacidade de realizar uma profunda crítica ao curso desenvolvido pelo estalinismo. Em outras palavras, a incapacidade de constituir um programa que expressasse as leis do desenvolvimento histórico e das transformações no Brasil e internacional. O desvio do curso revolucionário e o triunfo da contrarrevolução de 1964, finalmente, desembocou na chamada redemocratização. Em seu interior se constituiu o PT. O POR teve de passar pela experiência da construção do PT, que despertou ilusão na

possibilidade de um partido eleitoral, classista.

O POR surgiu como parte desse processo, diferenciando-se pela compreensão da necessidade de constituir-se como programa. No entanto, não deixou de refletir a crise de direção mundial e de enfrentar poderosos obstáculos em sua construção. Lutamos para superar seu caráter embrionário, o que implica constituir-se no interior do movimento operário como partido-programa. Os nossos últimos Congressos têm insistido que o objetivo fundamental de nossa militância é o de se aproximar mais e mais do proletariado e trabalhar por convergir seu instinto de revolta contra a exploração com a estratégia da revolução social, encarnada pelo POR. O fortalecimento do partido em camadas de explorados e da juventude não-proletária deve potenciar esse objetivo. Em hipótese alguma desviá-lo.

Uma das resoluções mais debatidas no XIII Congresso foi a das opressões, que se manifestam na forma de escravização da mulher na família, nas discriminações raciais, principalmente contra os negros, e contra os homossexuais. É parte dessas opressões a situação de penúria imposta às nacionalidades indígenas, que não foi tratada neste Congresso devido às formulações já existentes. O Congresso aprovou uma resolução que permite à militância responder a todo tipo de violência capitalista contra camadas inteiras da população oprimida com a política do proletariado. O que não possibilita confundir-se com a política pequeno-burguesa e burguesa do feminismo e dos movimentos raciais. Um dos pontos importantes da discussão foi o de determinar a raiz de classe de todas as formas de opressão e estabelecer a base comum sobre a qual se eleva. Nesse sentido, foi submetida à crítica a artificiosa separação que faz o centrismo e o reformismo entre exploração e opressão. Partindo desse ponto, o Congresso pôde, também, submeter a uma severa crítica à pseudo concepção de “gênero” e “machismo” no que diz respeito à opressão sofrida pelas mulheres. O Congresso reafirma o conceito marxista de opressão sobre as mulheres, cuja fonte é a família, como expressão econômica e social da sociedade de classes. Sem dúvida, a resolução sobre as opressões marcou o XIII Congresso.

Outra resolução que mereceu ampla discussão foi sobre em que ponto se encontra a restauração capitalista na Rússia, berço da revolução proletária. Estaria concluída ou não a restauração? Passaram-se mais de duas décadas depois da crise de fins dos anos 80, que culminou com a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fundada em 1922. É evidente que as conquistas da revolução socialista se desmoronaram em grande medida, principalmente no Leste Europeu e vêm se desmoronando na Rússia, China e Cuba, em ritmos e graus distintos. A restauração na Rússia tem particular importância. A revolução de Outubro de 1917 constituiu o primeiro Estado Operário, destruiu o poder da burguesia e realizou a expropriação da propriedade privada dos meios de produção. Na Rússia, se rompeu um dos elos da cadeia capitalista e se abriu o caminho para a transição socialista. Está aí por que o processo de restauração se dis-

Revolucionário

tingue dos demais países. O Congresso chegou à conclusão de que a restauração não foi concluída na Rússia e que por isso mantém-se a vigência do programa da revolução política. Um dos aspectos essenciais da discussão, foi a da dificuldade de se reconstituir a burguesia russa para afastar definitivamente a burocracia governante. Como não poderia deixar de ser, desenvolveu-se a discussão se não estava colocada a revolução social. O Congresso, porém, reconheceu que é preciso estudar mais a fundo o avanço da restauração. Colocou esta tarefa para o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Para o trotskismo, não se pode pôr de lado o processo de restauração capitalista, como se fosse algo do passado e que perdeu a importância programática. Essa é a conduta dos revisionistas do trotskismo e que se afastam mais e mais do marxismo-leninismo.

A resolução internacional demonstra que o curso da crise mundial aberta em 2008 não se encerrou. As tendências destruidoras de forças produtivas permanecem ativas. O Congresso analisou, nesse sentido, a possibilidade de o descenso da China abrir um novo período de desintegração mais profundo da economia mundial. É claro que tomando a crise em sua perspectiva e não apenas conjunturalmente. Outro aspecto de grande importância é o de guerra que se desenvolve no Oriente Médio. O Congresso reafirmou as posições que o POR tem tomado em relação à política dos Estados Unidos, denominada de antiterrorismo. Rechaçou as análises de que o Estado Islâmico é uma criação do imperialismo e confirmou a análise de que se trata de uma expressão da nação oprimida. Em hipótese alguma se pode confundir o nacionalismo jihadista e seus métodos terroristas de enfrentamento com o imperialismo como sendo expressão do proletariado. É expressão da nação oprimida porque é parte da revolta contra o domínio das potências. Esse ponto mereceu destaque porque corresponde a uma situação de guerra civil, insurgências e guerra de intervenção. A tarefa fundamental é a da luta pela autodeterminação das nações oprimidas e pela derrota do imperialismo e das forças reacionárias burguesas do Oriente Médio. Nesse quadro, o Congresso também analisou as tendências de desintegração do capitalismo na Europa e a luta de classes.

A resolução nacional se baseou no reconhecimento de que avança a passos largos a crise econômica e esta determina os caminhos da crise política. O Congresso reconheceu o acerto das formulações do POR quanto à divisão interburguesa no interior do Estado e a tentativa golpista da oposição galvanizada pelo PSDB por meio do impeachment. Avaliou as forças em confronto e avançou nas formulações a respeito da luta pela independência de classe do proletariado e demais explorados diante das manobras burguesas. Rechaçou a política de colaboração da CUT, MST, MTST, UNE que submetem o movimento operário, camponês e popular à política do PT. O Congresso determinou que o ponto de partida está na defesa das reivindicações mais elementares dos explorados, que permitem a ação direta, a auto-organização coletiva das massas em luta e o avanço contra o poder da burguesia. Manteve a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma e instrui o partido a desenvolver em cada luta a bandeira de unidade dos explorados e de luta por um governo operário e camponês.

O XIII Congresso esteve sob a consigna de Socialismo ou Barbárie e foi dedicado à memória dos revolucionários Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, assassinados pelas forças da socialdemocracia alemã em 15 de janeiro de 1919.

Viva o XIII Congresso do Partido Operário Revolucionário!

Manifesto do XIII Congresso do Partido Operário Revolucionário

À classe operária, aos demais explorados e à juventude oprimida

Em dois dias de intenso trabalho, de vigorosa discussão e de votação das resoluções, realizamos o XIII Congresso. Foi mais um passo à frente na construção do partido marxista-leninista-trotskista.

A militância porista tem no horizonte as tarefas de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Não perdemos de vista que o grande problema que se interpõe entre os explorados e a burguesia é a crise de direção revolucionária.

Não nos descuidamos de compreender a cada grande acontecimento da luta de classes que as condições materiais para a revolução proletária estão dadas mundialmente. Mas também não desconhecemos que a burguesia conserva poderosos meios para manter seu reinado em pé, mas isso não se deve a que o capitalismo esteja em ascensão - ao contrário, está em pleno declínio. Deve-se ao fato incontestável de que a crise de direção não tem permitido que a nova etapa da luta de classes e de revolta das nações oprimidas contra as opressoras se converta em movimentos de derrocada da burguesia, quebra do poder imperialista, instauração da ditadura do proletariado e transição do capitalismo para o socialismo.

O problema fundamental de nossa época se resume na solução da tarefa de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Não podemos, por um só segundo, perder de vista esse horizonte. Não podemos nos descuidar do internacionalismo proletário sob nenhuma circunstância. Não podemos nos distrair com nossos afazeres nacionais das tarefas da revolução mundial. Não há nenhum motivo que justifique o desvio da tarefa de por em pé a IV Internacional.

Nosso XIII Congresso reafirma que a construção dos partidos nacionais, por onde se trava a luta pela superação da crise de direção, depende inteiramente de se assentar e se orientar pelo Programa de Transição da IV Internacional.

O combate pela superação do capitalismo já percorreu e percorrerá um longo, acidentado e tormentooso caminho. O retrocesso que atravessamos com o avanço da restauração capitalista e pela desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas fazem parte do processo em que o velho capitalismo se bate por sobreviver a qualquer custo e em que o proletariado mundial como classe revolucionária se bate por

recuperar o terreno perdido.

O POR chega ao XIII Congresso tendo consciência do seu estágio embrionário, dos gigantescos obstáculos em organizar-se no seio do proletariado e das enormes dificuldades em formar quadros que soldem a teoria à prática. Tem, porém, avançado no empenho de se constituir como partido marxista-leninista.

Em seu XII Congresso, de janeiro de 2014, a militância se concentrou na aprovação do programa, cujas bases foram estabelecidas no III Congresso de janeiro de 1993. É imprescindível que a vanguarda revolucionária se oriente na luta de classes com as leis das transformações históricas, reveladas por Marx e Engels, e desenvolvidas pelas gerações de marxistas que os sucederam, sobretudo Lênin e Trotsky.

Iniciamos o XIII Congresso dedicando-o a Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que, em janeiro de 1918, foram assassinados a mando do governo socialdemocrata, sob a República de Weimar. Os dois revolucionários se destacaram na luta contra a capitulação do partido socialdemocrata perante a política de guerra imperialista da Alemanha. Romperam com os traidores do proletariado, colocaram-se ao lado dos bolcheviques contra a degeneração da II Internacional, constituíram a Liga “Spartakus” e ajudaram a fundar o Partido Comunista Alemão, que acabou cedendo às posições do estalinismo revisionista e colocando-se no campo da contrarrevolução. A batalha de Rosa e Karl em defesa do programa e contra o revisionismo os imortalizou para o proletariado.

Em fins de 2008, eclodiu a crise nos Estados Unidos. Desde então, o capitalismo mundial enfrenta a tormenta da superprodução e das tendências destrutivas que golpeiam as forças produtivas. As promessas da ONU de acabar com a fome, reduzir a pobreza, manter altos índices de emprego, avançar contra o subemprego, eliminar as discriminações e reduzir as distâncias entre as nações vieram abaixo.

As velhas chagas estruturais estão mais vivas do que nunca. As massas suportam todo o peso da desintegração do capitalismo. Os países de economia atrasada pagam alto preço por estarem submetidos ao imperialismo. A tendência geral é a de a crise mundial manter seu curso. Não há outra saída para os explorados a não ser reagir com os métodos próprios do proletariado. Nesse embate, mais e mais se colocarão as reivindicações que unem as massas. Mais e mais os oprimidos sentirão a necessidade de se auto-organizarem. E mais e mais estarão diante da tarefa de construir o partido revolucionário.

No Brasil, os explorados presenciam o fracasso do reformismo petista. A crise econômica se encarregou de desmascarar a farsa do desenvolvimento nacional com distribuição de renda e inclusão social. Dissipam-se as ilusões de que era possível tornar o Brasil uma potência a serviço da maioria. Sob suas névoas, os capitalistas demitem aos milhares, o desemprego volta a rondar as famílias que se achavam seguras, a alta do custo de vida vergasta os mais pobres e o gigantesco endividamento assombra a classe média. O governo e a burguesia não têm outra solução a não ser sacrificar a vida das massas. O PT e sua aliança governamental mostraram de corpo inteiro sua política burguesa, anti-operária, antipopular e antinacional.

Com a recessão, os desequilíbrios “macroeconômicos” e o esgotamento do Tesouro Nacional em sua capacidade de

financiar fartamente os capitalistas, a crise política explodiu. O mandato de Dilma Rousseff depende do Congresso Nacional. O ano começa com a expectativa do que acontecerá com o processo de impeachment. Os governistas acreditam que as decisões do STF afastaram os perigos da ofensiva golpista da oposição, liderada pelo PSDB. E que a saída do ministro da Fazenda Joaquim Levy aliviou as tensões nas hostes dos aliados e das forças sindicais e movimentistas que sustentam o governo. É possível que essa seja a maior probabilidade. Mas a manutenção da presidente não modificará substancialmente a curso da crise política.

O XIII Congresso confirmou as posições que o POR vem desenvolvendo. A bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff expressou e expressa a luta pela independência de classe do proletariado e dos demais explorados. As forças que têm apoiado o governo em nome da democracia se responsabilizam pela política anti-operária, antipopular e antinacional de Dilma Rousseff. As forças que estão pela remoção do governo são claramente golpistas. Embora não recorram aos militares, utilizam-se das instituições do Estado para destituir o governo eleito. Essas duas forças se digladiam no campo da política burguesa e procuram arrastar os explorados atrás de objetivos comuns de preservação do capitalismo e de descarga da crise sobre a maioria oprimida.

O proletariado somente pode se manifestar diante da crise política com independência se estiver sob a estratégia revolucionária. O POR defendeu e defende com absoluta clareza o programa do governo operário e camponês, que prepara o caminho da revolução social. Os explorados estão diante de uma crise econômica de grandes proporções. O seu desenvolvimento condiciona, em última instância, as soluções que a burguesia dará no plano político. Nas condições atuais, qualquer que seja o governo terá de atacar fundo a vida das massas. A democracia burguesa serve à burguesia, nenhum governo burguês, portanto, mudará essa natureza de classe da política. A maioria oprimida ou lutará sob a estratégia do governo operário e camponês, ou continuará seguindo uma das variantes da política de seus exploradores.

O XIII Congresso indicou que é preciso intensificar o combate pelo programa de reivindicações fundamentais que protegem os explorados da crise e que colidem com os pilares de sustentação do capitalismo. São extraídas das demissões em massa, da alta do custo de vida, da destruição de conquistas trabalhistas, da degradação das condições sociais de existência, das discriminações e da fome. É a partir da defesa das reivindicações transitórias que enfrentamos a política de colaboração de classe das burocracias sindicais, que rechaçamos a flexibilização capitalista do trabalho, que lutamos pela frente única de ação, pela unidade dos explorados e nos batemos contra o divisionismo contrarrevolucionário.

A bandeira “Socialismo ou Barbárie” corresponde com exatidão ao capitalismo da fase última que é a imperialista. Encerra em si o programa da revolução e do internacionalismo proletário. No século passado, contrapôs-se às duas grandes guerras mundiais, ao fascismo e ao nazismo. No presente, contrapõe-se ao intervencionismo econômico-militar do imperialismo nos países semicoloniais. Expressa o direito a autodeterminação das nações oprimidas e a necessidade das rebeliões

anti-imperialistas das massas esmagadas pela pobreza e miséria. Indica a urgência de organizar-se a frente única anti-imperialista. É preciso derrotar a política antiterrorista das potências que serve de máscara ao domínio das multinacionais e do capital financeiro. Que incentiva as guerras entre povos oprimidos, que promove guerras civis a serviço do saque imperialista e que incentiva os ódios nacionais. “Socialismo ou Barbárie” significa: ou o proletariado avança contra o imperialismo, ou este avança contra as nações e as massas oprimidas.

As guerras imperialistas e de intervenção tão somente evidenciam a que ponto a burguesia maneja seu poder para manter o capitalismo putrefato. Mas há outra face que completa o quadro de barbárie. São a miséria e a fome! São as opressões contra as mulheres, as crianças e os jovens! São os racismos, em particular contra os negros! São as discriminações aos homossexuais! São as opressões contra as nacionalidades indígenas! São os confinamentos de milhares de imigrantes! De conjunto, a barbárie social expressa a opressão de classe - a moderna escravização da maioria pelo capital. De conjunto, a brutal violência contra a maioria convive com a mais avançada civilização que uma sociedade de classe já alcançou. Essa é a barbárie de nossa época, que será varrida pelas revoluções proletárias e com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

O XIII Congresso aprovou quatro resoluções: sobre a situação internacional, o processo de restauração capitalista na Rússia, a situação nacional e as opressões. Durante seis meses, as células discutiram as formulações, amadureceram as posições e contribuíram com a elaboração coletiva. As resoluções formam um todo programático e respondem à situação particular da luta de classes. Convergem para a tarefa de organizar a luta dos explorados, conquistar a independência de classe, impulsionar a auto-organização e desenvolver a estratégia do governo operário e camponês. Convergem para a tarefa de construir o POR e fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O XIII Congresso se colocou sob a bandeira de “Socialismo ou Barbárie”.

Viva o XIII Congresso do POR!
“A emancipação dos trabalhadores
será obra dos próprios trabalhadores”!
“Proletários do mundo todo, uni-vos!”

Conferência Nacional da Juventude do POR

Após a realização do XVIII Congresso Nacional do POR, a militância e os simpatizantes poristas se reuniram, nos dias 18 e 19 de janeiro, em Conferência da Juventude. Pontos programáticos do documento *“O capitalismo só tem a oferecer a barbárie; somente o socialismo pode dar uma perspectiva de vida plena à juventude”* nortearam a discussão, que tratou de analisar a situação do jovem no capitalismo decadente e os levantes de resistência, como as ocupações das escolas pelos estudantes secundaristas. Estiveram presentes delegações dos estados em que o POR atua, secundaristas do movimento de ocupação e um camarada chileno que expôs a recente experiência do movimento estudantil em seu país.

A conferência foi aberta com a apresentação das principais teses dos pontos programáticos para a juventude, que são: 1) o capitalismo é um sistema social em decomposição, onde se encontra polarizada a riqueza de poucos e a miséria da maioria; 2) a base da decomposição está na grande propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho; 3) precisamente, a fase de decomposição do capitalismo é caracterizada como a fase última, de transição ao socialismo, denominada por Lênin de imperialismo; 4) o capitalismo é um sistema que se desenvolve de maneira desigual, de um lado estão as potências imperialistas com elevada capacidade produtiva e concentração de riqueza e, de outro, se encontram as semicolônias, que preservam formas de produção pré-capitalistas e estão submetidas ao capital internacional; 5) o século XX foi marcado por guerras, revoluções e contrarrevoluções. As 1ª e 2ª Guerras Mundiais expuseram o esgotamento histórico do capitalismo, mergulharam a humanidade na barbárie e suas tendências bélicas expressam o choque entre as forças produtivas, altamente desenvolvidas, e as relações de produção; 6) a Revolução Russa rompeu um dos elos do capitalismo mundial e abriu caminho para a transição ao socialismo, tendo o proletariado como a classe revolucionária; 7) a destruição da III Internacional por Stálin liquidou o partido mundial da revolução socialista, desembocando na vitória da contrarrevolução e na crise de direção revolucionária; 8) a IV Internacional se constituiu em defesa da revolução mundial, contra a restauração capitalista. Não se sustentou organizativamente em virtude das diversas correntes revisionistas. Porém, mantêm-se vigentes seus fundamentos, bandeiras e tarefas estratégicas; 9) a juventude oprimida deve assumir a tarefa de superar a crise de direção; 10) o capitalismo em decomposição somente tem a oferecer à grande maioria dos jovens a pobreza, miséria, obscurantismo e violência; 11) a barbárie capitalista se manifesta sobre o jovem por meio do desemprego, confinamento social nos bairros pobres, aliciamento pelo narcotráfico, extermínio pela polícia, racismo e encarceramento; 12) diante da crise estrutural do capitalismo, iniciada em 2008, cresce o número de refugiados na Europa, os jovens são discriminados e marginalizados; potencia a xenofobia; 13) a resposta ao avanço da reação se dará pelas reivindicações que unem os explorados, em resistência anti-imperialista e em defesa das nações oprimidas; 14) o sistema capitalista é anárquico, não é possível planejar a economia mundial. A consequência inevitável é a devastação da natureza, insolúvel no capitalismo; 15) A juventude deve se colocar sob a bandeira de socialismo ou barbárie, fortalecendo o combate do proletariado pela emancipação da humanidade do jugo capitalista.

Relatos e lições do movimento de ocupação das escolas

Na sequência, os presentes se reuniram em grupos onde lido e discutido o documento e relatadas as experiências das ocupações em São Paulos. Destacaremos a seguir duas delas. **Escola Anhanguera:** uma das últimas escolas a ser ocupada e, após 53 dias, a última a ser desocupada. O POR, junto com os professores independentes, manteve-se presente até o último dia de ocu-

pação, mesmo tendo por linha política – após a suspensão da “reorganização” pelo governador – a defesa da desocupação organizada (fortalecimento do comando unificado e organização dos grêmios independentes e de luta). Os estudantes, em assembleia, decidiram pela desocupação. Não foi obra do governo ou da diretoria de ensino, mas uma ação independente dos estudantes que aprenderam a se organizar coletiva e democraticamente. Debates foram organizados. A necessidade da autodefesa do movimento, por meio do fortalecimento dos comitês contra a repressão; a importância do partido revolucionário com a estratégia e a tática do proletariado para a tomada do poder da burguesia foram questões discutidas com os estudantes. Alguns puderam distinguir os partidos da burguesia e o revolucionário e hoje veem a importância da organização partidária.

Mauá: na cidade de Mauá, ao todo foram quatro escolas ocupadas, nas quais os estudantes assimilaram o método da classe operária e passaram a se organizar por meio das assembleias. Constituiu-se uma frente entre estudantes e professores. Algumas correntes políticas intervieram, dentre elas o PSol e o POR. Uma dessas escolas esteve sob forte repressão do Estado, mas todas as quatro só desocuparam após Alckmin ter anunciado a suspensão da reorganização.

Foram feitos outros relatos, que já constam no Jornal Massas 512. Das experiências, incluindo a de outros estados, concluímos que: 1) a “reorganização” das escolas em São Paulo é uma política geral, aplicada em outros estados, que recebem outros nomes, mas possuem o mesmo conteúdo de fechamento de escolas, precarização e destruição de direitos, a exemplo da Paraíba: 250 escolas fechadas, e de Rondônia: “reordenamento”, em que parte das escolas estaduais serão municipalizadas; 2) a ocupação em São Paulo repercutiu em outros estados, como é o caso das ocupações da 24 escolas em Goiás e uma escola no Ceará; 3) a crise de direção se manifestou no movimento secundarista na forma da condução dos “autonomistas”. São contrários à organização partidária, são sectários e, fundamentalmente, agiram de maneira inconsequente ao dividir o movimento e sustentar a bandeira de cancelamento em oposição à suspensão da reorganização, cobrando dos estudantes que mantivesse a ocupação, sem que tivessem forças para alcançar o cancelamento. Abstendo-se de organizar o movimento por meio dos Comandos Unificados e da reestruturação dos grêmios independente da burocracia estudantil e do governo do estado; 4) o movimento dos secundaristas iniciou e assimilou elementos da greve dos professores de 92 dias – por meio dos boicotes às aulas dos professores fura-greve, atos e bloqueios de ruas e participação nas assembleias dos professores; 5) a repressão não se deu de maneira mais intensa sobre os secundaristas porque o movimento conquistou o apoio popular. O Estado não se exime de reprimir jovens menores; as matanças na periferia, a Lei de redução da maioridade penal e as cadeias – Fundação Casa – são provas da ação do Estado Policial sobre a juventude menor de idade. O diferencial esteve no apoio da população ao redor da luta por uma reivindicação tão elementar; 6) a tarefa imediata do movimento secundarista é a formação dos GRÊMIOS INDEPENDENTES E DE LUTA; 7) acerto da linha política do POR ao levantar as bandeiras de “ESCOLA FECHADA, ESCOLA OCUPADA” e “BLOQUEIO DAS

GRANDE AVENIDAS”. A posição programática do POR permite que levantemos bandeiras que expressem a tendência de luta das massas, que vão além de nossas forças organizativas. Precisamente, entrevistamos em várias escolas. As ocupações alcançaram 220 escolas e se alastraram para outros estados.

Experiência Chilena

O camarada do Chile expôs a reforma educacional, imposta pelo imperialismo, iniciada no governo de Pinochet, quando se implantaram todas as medidas legais para a destruição da educação pública e consolidação da educação privada. Coube ao governo democrático, pós ditadura militar, implementar as medidas ditadas pelos organismos internacionais. Isso se passou na década de 90, quando as massas estudantis tomaram as ruas do Chile, levantando a bandeira de “escola de qualidade”. O movimento não teve força para barrar a política imperialista. Não se tratava de uma especificidade do Chile, mas de uma política educacional do imperialismo para a América Latina. O Chile foi apenas o modelo mais bem acabado. Era preciso erguer uma Frente Única Anti-imperialista da América Latina contra a destruição de um direito democrático, educação.

Com a reforma, estudava apenas quem podia pagar e nas poucas escolas públicas que restavam se aplicavam provas de seleção em todos os níveis de transição: os equivalentes a fundamental 1, fundamental 2, ensino médio e superior. A consequência imediata foi a redução do nível cultural da população chilena e aumento do índice de analfabetismo. Em 2011, estourou novamente o movimento estudantil nas ruas, incluindo o universitário, conhecido como a “revolta dos pinguins”. Avançava-se nas bandeiras. O movimento agora reivindicava educação pública e gratuita a todos. Mas avançou também o controle das direções burocráticas, que desviaram o movimento para o parlamento, a “bancada da educação”. O movimento foi novamente desviado de seus objetivos e de seu método de luta.

A ausência de uma direção revolucionária não possibilitou que o movimento avançasse em seus métodos e na sua política. Foi facilmente iludido pela política reformista. A experiência chilena e a recente tentativa do governo do estado de São Paulo de fechar 93 escolas mostram que o capitalismo em decomposição não garante os direitos democráticos. Sua conquista passou para as mãos da classe operária.

As bandeiras que traduzem o Programa Revolucionário

Da rica discussão, do primeiro dia da Conferência, surgiu a proposta de um manifesto onde estivessem contidas as bandeiras de defesa da vida da juventude. Assim foi feito. O segundo e último dia foi encerrado com a leitura de um manifesto, que saúda a Conferência e defende as seguintes bandeiras: *emprego e salário; jornada de trabalho combinada e compatível com a jornada de estudo; por uma escola única, pública, laica, científica, vinculada à produção social, sob controle operário; fim de todas as formas de discriminação; dissolução da polícia e todo aparato repressivo do Estado burguês; por direitos democráticos e livre organização e manifestação; em defesa dos povos oprimidos e pelo direito à autodeterminação.*

Assim se encerrou a Conferência Nacional da juventude do POR. Entendendo que não há futuro para a juventude no interior do capitalismo. A decomposição e destruição de parcelas

crescentes de jovens entregues à miséria, ao desemprego, ao narcotráfico, confinados nos bairros pobres, sujeitos às prisões, discriminados e manifestações da decomposição do sistema capitalista.

As ocupações das escolas pelos secundaristas estão de acordo com as tendências de luta de classes mundial. Esta juventude segue os rumos das manifestações multitudinárias de 2013, que recorreu aos métodos da ação direta. No entanto, como a classe operária, o campesinato e os movimentos populares, a juventude necessita de direção revolucionária.

Se sobre a juventude recai o peso do capitalismo em decomposição, recai também a ausência da IV Internacional. Por

isso, a juventude deve se erguer para superar a crise de direção revolucionária. A juventude deve se vincular à classe operária, construir o partido operário revolucionário, lutar pela reconstrução da IV Internacional e, assim, se levantar como uma força viva na libertação da humanidade. Novas relações socialistas de produção hão de libertar as forças produtivas. Esse é o caminho das transformações históricas e do fim da barbárie.

Viva a Conferência Nacional da Juventude do POR!

Viva a Luta dos Estudantes Secundaristas!

Viva a reconstrução da IV Internacional!

Viva a Revolução Proletária e a Libertação dos oprimidos!

Manifesto da Conferência Nacional da Juventude do POR

À Juventude oprimida

Depois da realização do XIII Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR), nos dias 16 e 17 de janeiro, a juventude se reuniu em sua Conferência Nacional. O objetivo fundamental foi o de discutir os problemas que afetam a juventude oprimida do Brasil e do mundo e aprovar uma orientação que permita ao POR ir ao encontro de suas aspirações. O movimento de ocupação das escolas no estado de São Paulo demonstrou que não há outro caminho a não ser o da luta.

A Conferência se baseou nos relatos de participantes do movimento de ocupação. Os estudantes secundaristas se colocaram pela defesa da escola pública e contra o seu desmonte pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB). O fato do governador ter sido obrigado a retroceder no seu plano de “reorganização” das escolas foi uma vitória do movimento estudantil e dos professores. O que se passou em São Paulo demonstra que os governos estão dispostos a sacrificar a educação em favor dos interesses da classe capitalista. O mesmo se pode dizer em relação à saúde.

Nos dias em que acontecia a Conferência, o movimento contra o aumento das tarifas do transporte protestava nas ruas de São Paulo e era reprimido pela polícia. A juventude se encontra diante de um sistema educacional decadente e das péssimas condições de saúde e transporte.

A Conferência demonstrou que esses obstáculos ao desenvolvimento dos jovens são apenas um lado dos problemas que os atingem. E que por isso é preciso destacar que o desemprego, o subemprego, os baixos salários e as extensas jornadas de trabalho são responsáveis pela pobreza e miséria que esmagam as massas juvenis. Em meio a tamanha adversidade, as potencialidades criadoras da juventude são mutiladas.

A Conferência não se limitou a descrever a terrível situação da juventude oprimida. Expôs as suas raízes e as causas principais. Encontram-se na exploração capitalista do trabalho. É desta fonte que emana a pobreza e a miséria da maioria. Não se pode responder e lutar consequentemente contra qualquer um dos sintomas que expressam a mutilação da juventude a não ser lutando contra a exploração do trabalho e o domínio político da burguesia sobre a classe operária e demais trabalhadores.

As nefastas consequências são tão profundas que camadas inteiras da juventude se desintegram. Milhares e milhares não

têm emprego, nem vão à escola. Milhares e milhares são empurrados para a marginalidade. Lá está o mundo do crime à espera de quantos mais virão forçados pelo desmoronamento de suas famílias e de suas relações sociais. Lá também está a polícia pronta para matar. A mortandade de jovens é o espelho da barbárie capitalista.

A Conferência prestou especial atenção à situação de pobreza e miséria de um grande contingente de jovens porque é daí que se pode identificar ao mesmo tempo as causas e as consequências da opressão. Pode-se, também, reconhecer as camadas mais afetadas pela violência policial do Estado e pela violência da discriminação social. Não por acaso a Conferência prestou atenção à juventude negra que vive confinada nos bairros miseráveis, nas favelas e cortiços. Sobre ela recai o maior peso da barbárie. Está aí por que o programa que leva a juventude a enfrentar a opressão capitalista é o do proletariado. A Conferência reconhece a necessidade de organizar o movimento vinculado à luta da classe operária.

É preciso ainda dizer que a Conferência também considerou de extrema importância incorporar no movimento da juventude as massas juvenis da classe média pobre. Se é certo que estas não padecem da mesma forma e com a mesma intensidade as consequências da opressão, é igualmente certo que não estão livres da opressão e da barbárie. Não é porque podem percorrer um trajeto do caminho escolar, não é porque não estão tão vulneráveis à violência social e não é porque a miséria não as assombra que não tenham de se lançar à luta contra a opressão e a barbárie.

A burguesia e seus governos tudo fazem para evitar que a juventude se desperte para a política revolucionária do proletariado. Utilizam de todos os recursos possíveis para manter os jovens sob sua tutela. As escolas, as igrejas, os meios de comunicação etc. cercam a juventude e a canalizam para o individualismo e para a passividade. No entanto, a rebelião dos jovens se choca com esses aparatos de dominação. As manifestações, bloqueios, ocupações de escolas e protestos nos bairros constantemente rompem os elos da cadeia que amordaçam a juventude oprimida. As ocupações das escolas em São Paulo e as manifestações de rua contra o aumento das tarifas do transporte indicam a necessidade da juventude enfrentar os seus opressores. Os protestos nos bairros contra as chacinas de jovens pela polícia dizem NÃO à violência an-

tioperária do Estado burguês. O que quer dizer que vivemos o momento em que a juventude está obrigada a se lançar à luta.

A Conferência discutiu a situação presente da juventude no Brasil, procurando identificar o que se passa com a juventude em outras partes do mundo e, particularmente, na América Latina. Destacou-se a experiência do movimento secundarista chileno. Muitas foram as lições de seus protestos contra a escola mercantilizada. Mas uma das lições mais importantes é que o movimento secundarista desse país sofreu um retrocesso devido às suas direções políticas. Inicialmente controlados pelos “autonomistas” concluiu controlado pelos partidos de orientação burguesa ou pró-burguesa. E o fato do movimento operário chileno se encontrar em refluxo impossibilitou que o vigoroso movimento avançasse e se impusesse diante do governo burguês. Essa lição também serve para nossa luta no Brasil.

A Conferência ressaltou o papel da juventude na construção do partido revolucionário. Partindo da defesa das reivindicações que defendem a vida da juventude, coloca-se o objetivo de elevar sua consciência revolucionária socialista. Somente a militância empenhada a fundo em confluir o movimento de revolta dos oprimidos com o programa da revolução proletária pode ajudar as massas juvenis a encontrar no socialismo o caminho de sua libertação.

A Conferência vem perante a juventude oprimida chamá-la a construir o partido do proletariado, que por sua orientação histórica e programática é marxista, leninista, trotskista. Vem diante da juventude chamá-la a abraçar o internacionalismo que une todos os explorados contra o capitalismo e contra a

dominação imperialista.

De nossa parte, nos comprometemos com a juventude oprimida a estar à frente de seu combate aos opressores. Comprometemo-nos a trabalhar pelas reivindicações e pela organização independente dos explorados. Comprometemo-nos a dedicar toda nossa energia para que a juventude se una à classe operária em seu objetivo histórico de expropriar a burguesia e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A Conferência vem perante a juventude chamá-la a lutar por emprego e salário; por uma jornada de trabalho combinada e compatível com a jornada de estudo; por uma escola única, pública, vinculada à produção social (ao trabalho), sob o controle de quem estuda e trabalha. Vem perante a juventude chamá-la a construir os grêmios livres em todas as escolas e a organizar-se independentemente da política burguesa. Vem perante a juventude chamá-la a reconquistar suas organizações regional e nacional, como a UBES, UMES. Vem perante a juventude chamá-la a enfrentar todo tipo de discriminação e todo tipo de violência capitalista. Vem perante a juventude a chamá-la a lutar pela dissolução da polícia e de todo aparato de repressão da burguesia. Vem perante a juventude a chamá-la a levantar alto as bandeiras políticas do direito de livre manifestação do explorados. Vem perante a juventude a chamá-la a se solidarizar e a defender os povos oprimidos contra o domínio imperialista e pelo direito à autodeterminação.

Viva a luta da juventude oprimida contra o capitalismo decadente e bárbaro!

19 de janeiro de 2016

Lançamento do livro Socialismo ou Barbárie

Após a realização do XIII Congresso e da Conferência da Juventude do POR foi lançado na noite do dia 19 o livro *Socialismo ou Barbárie*. A publicação reúne números especiais do Jornal Massas, folhetos, artigos e manifestos, que cobre o período de 2010 a 2015. A edição consta de duas partes. A primeira, é dedicada ao balanço do golpe militar de 1964 no Brasil, a luta da resistência armada e o golpe militar no Chile. A segunda, ao expansionismo sionista do Estado de Israel sobre a Palestina, o levante das massas e o golpe militar no Egito, a intervenção imperialista na Líbia, o direito à autodeterminação no Irã, a guerra imperialista contra o Estado Islâmico, a guerra civil na Ucrânia e a capitulação da Syriza na Grécia. Ao todo, o livro perfaz 452 páginas, o que demonstra o esforço do POR em responder aos problemas fundamentais da luta de classes mundial e no Brasil.

Por meio dessa publicação, se pode observar o desenvolvimento da linha programática partidária, que em linhas gerais corresponde à aplicação do Programa de Transição da IV Internacional.

Esse é o terceiro livro que editamos. O primeiro – *20 Anos Construindo o Programa* –, reúne resoluções de Congresso, Conferên-

Adquira com o distribuidor deste jornal:



cias, folhetos programáticos e documentos. Destacamos nesse livro a publicação do Programa do POR aprovado no III Congresso de 1993. Consta, também, as Teses Agrárias, as Teses para a Educação, o folheto “O reformismo do PT e a falência das esquerdas” e a declaração de ruptura do POR com o PT.

O segundo livro foi dedicado ao Programa aprovado no XII Congresso, realizado em janeiro de 2014. O terceiro livro dá mais um passo na árdua tarefa de propaganda revolucionária.

O lançamento do *Socialismo ou Barbárie* se iniciou com uma exposição sobre a necessidade construir o partido-programa, como parte de reconstrução da IV Internacional. Em seguida, foram feitas breves exposições sobre alguns temas, como a resistência dos palestinos, o conflito na Ucrânia, o direito do Irã desenvolver a energia atômica livremente, a crise na Grécia e, finalmente, a guerra imperialista contra o Estado Islâmico. Esteve presente o camarada da seção argentina, que tomou a palavra demonstrando a importância da publicação para o proletariado e para o trabalho internacional.

O ato político concluiu com um VIVA À REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!

PT acuado

A Operação Lava Jato envolveu vários partidos, mas o principal objetivo é caçar o PT. O antecedente foi o processo político-judicial do denominado “mensalão”, que liquidou importantes membros de sua direção, como José Dirceu e José Genoíno. A Lava Jato mantém preso o tesoureiro João Vaccari Neto. A prisão do senador Delcídio do Amaral pareceu marginal à caça de petistas, já que veio para o PT tardiamente. O fato mais relevante da presente situação é a caça do juiz Sérgio Moro ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Até há pouco, o caudilho do PT não tinha sido mais um dos investigados. No entanto, a denúncia de que está envolvido na aquisição de um apartamento no Condomínio Solaris, no Guarujá, por meio de transação ilícita com a empreiteira OAS, parece ser a ponta do novelo que a PF procura encontrar.

A Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), criada nos anos 90, foi uma iniciativa da burocracia sindical petista que controla o sindicato dos bancários do Estado de São Paulo. Vaccari assumiu a presidência da Bancoop de 2004 a 2010. Pesa-lhe a acusação de desvio de recursos da ordem de R\$ 70 milhões.

Segundo informações, Lula não concluiu a compra do triplex de 300 metros quadrados, empreendimento da Bancoop. Fato que não evitou a divulgação pela PF da suspeita de que pode haver uma aquisição oculta ou favorecimento ilícito pela OAS. A caça ao ex-presidente não para aí. O seu filho Luís Claudio Lula da Silva está sendo investigado pela Operação Zelotes que apura a compra de Medidas Provisórias (MPs), que favoreceram o setor automotivo (programa Inovar auto). O mais incrível é a suspeita de que Luís Cláudio serviu de instrumento do governo Lula na compra dos aviões de caça Gripen da Suécia. Lula foi obrigado a depor na PF.

As mais altas personalidades petistas denunciaram a tentativa da PF e da imprensa de criminalizar Lula sem nenhuma prova e por meio de vazamentos seletivos. Está previsto para fevereiro um ato de desagravo do ex-presidente. Nada do que os petistas possam fazer os livrará do cerco político-judicial-policial montado por um setor da burguesia e do aparato do Estado.

É visível que o PT mergulhou fundo na política burguesa, nela se decompôs e não há caminho de volta. Os explorados que tanto confiaram no operário metalúrgico Lula e no PT não têm motivos para defendê-los da ofensiva da direita burguesa. O governo de Dilma Rousseff prepara novos ataques à classe operária e à maioria oprimida. Atende aos interesses do grande capital. Inevitavelmente, se chocará com as necessidades mais elementares da população.

Não há que se deixar enganar pelas disputas interburguesas

e não há que mexer uma só palha para salvar o PT da desgraça. A tarefa é a de clarear para os explorados em luta o caminho da independência de classe, que implica construir o partido da revolução proletária.

Bandidos do PSDB pedem a extinção do PT

O deputado Carlos Sampaio, homem de Aécio Neves, havia se pronunciado na CPI da Petrobrás que o melhor a fazer seria varrer o PT do mapa. No momento, pareceu mais um arroubo de um reacionário. Mas agora o PSDB entrou com uma representação na Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) pedindo investigação e extinção do PT.

O motivo foi a informação de Nestor Ceveró, em delação premiada, que afirmou ter o PT recebido recursos da ordem de R\$ 50 milhões em razão de um negócio petrolífero na África. O PSDB apoia o pedido de extinção do PT na Constituição, que proíbe recebimento de recursos do exterior para a campanha eleitoral.

A hipocrisia dos reacionários não tem tamanho. De onde vêm os milhões doados pelas multinacionais a todos os grandes partidos? Quem não sabe que os Estados Unidos financiam em todo o mundo os movimentos pró-imperialistas?

Os golpes militares na América Latina receberam aportes da burguesia norte-americana e de seus aliados. Ongs, institutos, associações civis, etc. são mantidos com dinheiro das potências para promoverem descarada política pró-capitalista e pró-imperialista.

A nota emitida pela direção do PT é de quem se acha incapaz de reagir. Limita-se a reclamar de “mais um factóide” e da “atitude antidemocrática” do PSDB. Os petistas estão tão desmoralizados e acantonados que não têm como travar uma ofensiva contra esse atentado da reação ao partido. Esse ato do PSDB recorre o caminho que fizeram os governos burgueses de cassação do registro do PCB em 1947.

Muita ilusão democrática tomou conta da vida política no Brasil depois do fim da ditadura militar. A Constituição de 1987 é um de seus reflexos. A profunda crise econômica está se encarregando de por à luz do dia as forças reacionárias da burguesia. O PSDB foi considerado um partido modernizador, anti-oligárquico e democrático. A direção do PT, na época controlada por Lula/Dirceu, chegou a ter o PSDB como possível aliado, em vez do PMDB.

Os pensadores terceiro-mundistas, calcados na teoria do subdesenvolvimento e da dependência, como Fernando Henrique Cardoso, perseguidos pela ditadura, concluíram como ala direita da política burguesa. Não por acaso, os peessedebistas encabeçam o movimento golpista do impeachment. Ocorre que o PT também foi para a direita, assumindo posições gover-



Lula e esposa foram chamados a depor como investigados pela promotoria pública

namentais ditadas pelo capital financeiro. Está aí por que se tornou incapaz de responder aos ataques do PSDB rechaçando a “ordem democrática”, que serve aos direitistas. Não pode reconhecer o impeachment como um recurso antidemocrático que confisca o voto popular. E não tem como reconhecer que somente os explorados podem julgar a política do PT e determinar seu destino.

PSDB de São Paulo, espelho da corrupção nacional

Depois do escândalo do cartel de trens e metrô de São Paulo, agora é a vez da “fraude na merenda”. Em conluio, o presidente da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf) com o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Fernando Capez, o secretário estadual dos Transportes, Duarte Nogueira e o chefe do gabinete da Educação, Fernando Padula, desviaram recursos da merenda escolar por meio de superfaturamento. O envolvimento de um ex-assessor da Secretaria da Casa Civil de Alckmin, de um filho de ex-deputado e de um lobista indica que se constituiu uma quadrilha da merenda.

Ocorre que não se monta uma operação do tipo Lava Jato para vasculhar o porão do PSDB. Não há interesse da burguesia e das instituições do Estado em esmiuçar as fontes de recursos do PSDB e as relações promíscuas de seus partidários com o empresariado. A corrupção é tratada com vários pesos e medidas, a depender do partido e dos políticos implicados.

Tem-se dito que finalmente com o processo do “mensalão” e agora com a operação do “petróleo” a democracia funciona a todo vapor. E que tem sido muito importante a independência da PF e do judiciário. Na realidade, a democracia e a independência das instituições investigadoras dizem respeito apenas ao PT, que não surgiu como partido orgânico da burguesia e que se atreveu comandar o país com um cacique populista na presidência da República.

O gigantesco escândalo de corrupção no governo de Fernando Henrique Cardoso morreu como nasceu. A Justiça Federal do Rio de Janeiro acaba de acatar a denúncia do Ministério Público Federal sobre o pagamento de propinas no governo de FHC, no valor de R\$ 42 milhões, referentes ao aluguel de navios-plataformas. Não há dúvida de que o mensalão e o petróleo nasceram no berço do PSDB. O PT bebeu dessa fonte até se fartar.

Nota-se que as denúncias de corrupção e as apurações são armas da política burguesa – a quadrilha que perdeu o ponto de venda se empenha em retomá-lo. Os explorados não devem deixar se levar por esse caminho. Lutamos por nossas reivindicações e pela estratégia da revolução social. Denunciamos todos os crimes dos partidos da burguesia como sendo de classe e levantamos a bandeira de por em pé um Tribunal Popular.

Como Dilma trabalha para se manter na presidência

As decisões do STF aliviaram o governo, ameaçado pelo processo de cassação do mandato presidencial. Prudentemente, Lula declarou que o “impeachment estava morto, mas não enterrado” e que era preciso apresentar uma agenda positiva para os empresários e os trabalhadores diante da crise econô-

mica. De fato, o caudilho se referia ao perigo da burguesia de se unir em torno da oposição golpista.

Dilma então passou a atuar em duas frentes: de um lado, restabelecer as relações com o vice-presidente da República e presidente do PMDB, Michel Temer; de outro, reativar o Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Temer, depois de tomar a frente, no PMDB, da fração pró-impeachment e de conspirar com a oposição, aceitou conversar com Dilma e acalmar a relação tumultuada entre PMDB e PT. Mas o conspirador somente decidiu arrefecer suas ações depois de o STF ter dificultado as manobras do presidente da Câmara Federal, Cunha, e da oposição. A divisão no PMDB pôs em risco a possibilidade de Temer não ser eleito para mais um mandato de presidente do partido. Uma leve reaproximação do governo o auxiliaria a diminuir o confronto no interior do PMDB. O homem está manobrando, amanhã poderá voltar contra o mandato de Dilma. O PT e o governo continuam a depender desse partido oligárquico para sobreviver, como depende o PSDB para impor o golpe institucional.

Quanto ao Conselho, o objetivo foi o de procurar apoio ao imposto da CPMF, que não poupará os assalariados e testar a possibilidade de ir adiante com mais um ataque à Previdência. Dilma tem de arranjar recursos para pagar bilhões em juros da dívida pública. A burguesia exige do governo que seus lucros sejam preservados e seus capitais especulativos, bem remunerados. A burocracia sindical, da CUT à CGT, participou da reunião com o espírito de conciliação de classes. Sua bandeira é a de negociar a desgraça da classe operária e da maioria oprimida.

Os cutistas ficaram desconcertados quando Nelson Barbosa ocupou o lugar de Joaquim Levy e declarou que o ajuste fiscal permanecerá e que estava preparando mais um passo na reforma da Previdência. Os burocratas que falam em nome dos explorados dependem do governo Dilma e estão empenhados em apoiá-lo, mesmo quando este ataca abertamente os assalariados. Aproveitam para dar uma martelada no ferro e outra na bigorna. Com uma metade da face apoiam o governo burguês de Dilma e com a outra o criticam pelas medidas antiooperárias, alegando que não foram negociadas com os sindicatos e movimentos.

Está bem claro que a permanência de Dilma no poder depende do quanto favorecer os capitalistas e do quanto golpear as conquistas trabalhistas e previdenciárias. A esquerda que se meteu por detrás do governo em nome da defesa da democracia e contra o golpe passou a ser responsável pela política de colaboração de classes. Está aí por que foram complacentes já com as primeiras medidas antiooperárias.

A luta dos explorados não passa pelo apoio ao governo burguês de Dilma contra os golpistas, mas sim contra todas as suas medidas antinacionais, antiooperárias e antipopulares. É preciso rechaçar terminantemente a Frente Brasil Popular, que é governista e de colaboração de classes. A tarefa é a de por em pé uma frente única de luta que una as massas de ponta a ponta do país em defesa de um programa proletário. O POR levanta diante da gigantesca crise a bandeira de luta por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Salário mínimo de R\$ 880,00 Decreto de fome para milhões

O governo Dilma determinou o valor do salário mínimo para o ano de 2016. Passou de R\$ 788,00 para R\$ 880,00. Um acréscimo de R\$ 92,00, que corresponde a um reajuste de 11,68%. Pelo critério de “valorização” do salário mínimo, significa 0,1% do PIB de 2014 e 11,28% referente ao INPC de 2015, que equivale a R\$ 877,93. Os R\$ 880,00 é o valor arredondado dessa conta estabelecida pelo governo petista.

No bolso de milhões de trabalhadores e aposentados, diante de uma elevação brutal do custo de vida, o reajuste de 11,68% mal cobriu o valor da inflação oficial. A política demagógica do PT de valorização do salário mínimo e, consequentemente, o aumento da renda de uma camada enorme da população, caiu por terra. Em 2005, o governo Lula criou regras para elevar o valor do salário mínimo acima da inflação. Isso foi possível porque a economia do país favorecia. Foi o que ocorreu em 2006, onde o salário mínimo teve um aumento real de 13,04%. Em 2007, instituiu-se a chamada “política permanente de valorização do salário mínimo até 2023”. A vinculação da correção ao crescimento do PIB é uma armadilha. Se o PIB é negativo, a correção do salário mínimo despenca, a exemplo do que ocorreu agora. A “valorização” não passou de um aumento real de 0,36%. O fato é que de 2003 a 2016, sob o governo do PT, o reajuste nominal de 340% equivaleu a um aumento real de 77,18%. Portanto, muito abaixo das promessas de campanha eleitoral.

É preciso levar em conta que 65% dos trabalhadores brasileiros recebem até 2 salários mínimos. Os desequilíbrios regionais se evidenciam quando os dados indicam que 82,4% e 74% dos assalariados estão nessa faixa salarial nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente. E que 55,1% dos trabalhadores do Nordeste têm seus salários abaixo de 1 salário mínimo. Elevar o valor do salário mínimo a um patamar que cubra de fato as necessidades da família é retirar milhões da pobreza. Os governos burgueses, incluindo o do PT, não podem cumprir essa tarefa, porque isso implica reduzir drasticamente os lucros dos capitalistas, que são a essência do sistema capitalista de produção.

Salário mínimo mal dá para comprar duas cestas básicas Lutar pelo salário mínimo vital

O Dieese calculou que os R\$ 880,00 permitem comprar 2,14 cestas básicas, estimada em janeiro em R\$ 412,15. Uma família de 4 pessoas para passar o mês precisaria de um salário de R\$ 3.518,51. O que inclui o valor da cesta básica, as tarifas de energia elétrica, água, gás e transporte, o custo do aluguel, as despesas com a saúde e educação. O Dieese chama de “salário necessário”.

O POR faz campanha junto aos explorados na defesa do salário mínimo vital. O cálculo de seu valor é decidido pelas assembleias operárias. Trata-se da defesa da vida da maioria nacional. No ano passado, o POR estimou o salário mínimo vital em R\$ 4.600,00. O fundamental está em que a classe operária, os camponeses e demais explorados rechacem a política demagógica do PT de “valorização” do salário mínimo. Levantem a bandeira que permite unificar a luta em defesa da vida dos trabalhadores e dos aposentados.

O salário mínimo vital, o emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho) e o reajuste automático (escala móvel de reajuste) são fundamentais para impulsionar a luta contra a burguesia e o sistema capitalista.

As demissões não param Responder com os métodos da classe operária

A reação dos capitalistas diante da crise econômica é a redução da produção. Como consequência, demitem em massa. Um exemplo é o que ocorre com a indústria automotiva, que se encontra com sua capacidade produtiva reduzida pela metade. As multinacionais alegam queda nas vendas, juros altos, enormes encargos sociais etc. A redução da produção nas montadoras atingiu outros ramos industriais, como o de máquinas, equipamentos, autopeças, etc. O peso dessa contração recai durante sobre as costas dos operários, que estão aterrorizados com a perda dos empregos e o rebaixamento salarial.

Mal iniciou o ano, a Fiat impôs férias coletivas de 20 dias em Betim (MG). A Ford anunciou férias coletivas de três semanas no mês de fevereiro em Camaçari (BA). A Volks, Mercedes e a Ford de São Bernardo encurtaram a semana, as fábricas não funcionarão às sextas-feiras. A Ford de Taubaté fará o mesmo a partir de março, quando encerrará o “Programa de Proteção ao Emprego” (PPE). A GM de Gravataí (RS) e de Joinville (SC) dará férias coletivas em fevereiro. E a GM de São José dos Campos (SP) anunciou a demissão de 600 trabalhadores que estavam em lay-off há cinco meses.

Esse é um pequeno retrato da situação penosa que enfrenta a classe operária. O problema é maior quando se verifica de conjunto as ações dos capitalistas na destruição de postos de trabalho. As demissões se estenderam a todos os setores, com exceção ao trabalho doméstico. Como dizíamos, o PPE não garante estabilidade. A Ford demitirá após o prazo de vigência do PPE. O PPE dá um fôlego para os capitalistas, que se livram de parte dos salários. Agrava a situação com o crescimento da procura por empregos. A elevação do custo de vida empurra uma parcela de jovens a procurar trabalho para compor a renda familiar.

A proteção dos empregos virá por meio da luta direta. É falsa a justificativa da burocracia sindical de que em tempos de queda da produção o melhor caminho é o “diálogo”. O único caminho para defender os empregos é a luta, que se expressa nas greves, nas ocupações, nos bloqueios de avenidas, portanto, por meio do enfrentamento. O combate às demissões não se realizará por fábrica ou por setor. As demissões constituem uma política centralizada dos capitalistas. Será derrotada pela política unitária do proletariado. Uma investida centralizada dos patrões se combate com uma ação centralizada, coletiva, dos explorados.

O POR tem como bandeira: “Emprego não se negocia, defende-se com luta”. Não é hora de baixar as reivindicações. Ao contrário, é hora de erguê-las. Emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. A única resposta operária é a da defesa da força de trabalho e a da estabilidade no emprego.

Demissões na GM de São José dos Campos

Os trabalhadores da GM paralisaram a fábrica por seis dias em janeiro, contra a proposta da empresa de pagamento da 2ª parcela de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de R\$ 4.250. Exigiam R\$ 5.600. Após a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de pagamento de R\$ 5.600 e garantia de três meses de estabilidade, a greve foi encerrada.

Nem bem retornaram, a GM anunciou 600 demissões. Segundo a empresa, essa medida não fere o acordo obtido para o encerramento da greve. Diz que se refere aos operários que estavam há 5 meses em lay-off. Afirma que as 600 demissões fazem parte do grupo de 798, portanto, a parcela que não aceitou o PDV e que estava cumprindo a suspensão temporária.

Esse é o resultado do acordo assinado pelo sindicato dos metalúrgicos, filiado à CSP-Conlutas e dirigido pelo PSTU. Já havíamos criticado essa posição demonstrando que a cada recuo diante da ofensiva capitalista quando as condições permitem resistir, prepara-se o caminho para uma derrota ainda maior.

Sindicato Metalúrgico do ABC de corpo e alma no governo Dilma Defender a independência política dos organismos da classe operária

O Sindicato Metalúrgico do ABC, por meio de seu presidente Rafael Marques, fará parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o chamado Conselho, órgão da presidência da República. Trata-se de um organismo de conciliação de classes, onde participam 90 pessoas, empresários, governo, movimentos sociais e sindicais. Foi criado em 2003 e se manteve ativo durante os dois mandatos de Lula. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, foi deixado de lado. Volta agora como forma de aglutinar setores da burguesia e sindical em apoio ao governo, diante da crise econômica e política.

A burocracia sindical se vale desse tipo de fórum como instrumento de “negociação” da quebra de direitos trabalhistas e previdenciários. Não por acaso o burocrata que preside a CUT, Wagner Freitas, elogiou a retomada do Conselho, dizendo: “Governos modernos adotam fóruns para fazer interlocução com a sociedade”. E conclui ressaltando: “esperamos que seja um fórum para se encontrarem consensos e virarmos a página do Brasil”. A Tribuna Metalúrgica do ABC, de 21 de janeiro, trouxe a notícia da integração do representante do sindicato ao Conselho e os agradecimentos de Wagner Freitas ao convite de Dilma. O vendido Freitas destacou que é “um importante canal de diálogo entre o governo e a sociedade na definição dos grandes rumos do País”.

Como se vê, a burocracia sempre atende aos pleitos da burguesia (financiamento industrial, regime tributário, juros, etc.). Páginas inteiras do Jornal do sindicato são destinadas a elogiar a retomada do Conselho e a sua participação. Quer que os operários acreditem que pela via do Conselho é possível garantir empregos, salários e direitos trabalhistas. Quer que os operários renunciem às reivindicações, aos seus métodos de luta e aplaudam a integração do sindicato no Estado. Governo, capitalistas e burocratas sindicais querem que os trabalhadores se responsabilizem pela situação em que se encontra o país. Usam o discurso de que todos têm de sacrificar. Não podemos assumir nada. A crise é de inteira responsabilidade dos capitalistas e de seus governos. O sindicalismo de conciliação é uma traição.

Fato como esse só ocorre porque a classe operária se encontra despolitizada e submetida à política da burocracia sindical. As consequências da crise econômica, que vem potenciando as demissões, o rebaixamento salarial e a perda de direitos, têm provocado descontentamento nas fábricas. Esse descontentamento tende a gerar a luta contra o papel traidor da burocracia. Para isso, é fundamental que as ideias revolucionárias penetrem no seio do proletariado, que só pode ser pela atuação do partido operário revolucionário.

Dilma quer apoio às medidas antioperárias e antipopulares

Foi realizada no dia 28 de janeiro a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Nacional. Lá estavam presentes o Ministro da Fazenda, da Casa Civil e Dilma Rousseff. Fizeram parte os empresários, banqueiros e sindicalistas. Dilma foi encarregada de pedir apoio às medidas de ajustes, como a volta da CPMF e critérios mais duros para se alcançar as aposentadorias (reforma da previdência).

Os sindicalistas esboçaram algumas críticas a essas medidas e aventaram a possibilidade de estarem acopladas com algumas “contrapartidas”, mecanismo usado pela burocracia para apoiar a eliminação de direitos trabalhistas e aumentar impostos. Em relação aos 17 bilhões do FGTS para ser usado no consumo, foi bem visto pelos dirigentes da CUT e do Sindicato Metalúrgico do ABC. Demagogicamente, o presidente da UGT disse que seria mais prudente reduzir o compulsório dos bancos de 33% para 20%.

O fundamental está em que o Conselho é uma tentativa de firmar um pacto para garantir a governabilidade do PT. Para isso, Dilma/Barbosa precisa urgência na aplicação das diretrizes que foram traçadas pelo capital financeiro/Levy. A tarefa dos burocratas sindicais e populares é a de conter a reação negativa da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida.

Ao contrário, a maioria nacional explorada deve se levantar contra essa manobra. Deve ganhar as ruas em defesa dos empregos, salários e direitos. Deve rechaçar as direções traídas e levantar a bandeira da independência política dos sindicatos e movimentos diante da burguesia e do governo Dilma. E trabalhar pela constituição de uma frente de luta contra as medidas antioperárias e antipopulares.

Por que o MPL não consegue mobilizar contra o aumento da tarifa

No final de 2015, foi anunciado o aumento das tarifas de ônibus e metrô em São Paulo, de R\$3,50 para R\$3,80, a partir do dia 9 de janeiro de 2016. A direção do movimento, o MPL (Movimento Passe Livre), convocou o primeiro ato contra o aumento pelas redes sociais para o dia anterior ao aumento. Com o trajeto já decidido de antemão pela direção, a manifestação de aproximadamente 10 mil pessoas saiu do Teatro Municipal e, com menos de meia hora de caminhada, foi reprimida pela Polícia Militar no vale do Anhangabaú, depois de andar por ruas esvaziadas e calçadas, e não conseguiu chegar à Praça da República, de onde partiria para a Avenida Paulista.

O segundo ato, no dia 12, já encontrou dificuldades na sua concentração, na Praça dos Ciclistas (junto à Av. Paulista), com a PM fechando as imediações e impedindo que os manifestantes chegassem. Com 5 mil pessoas na concentração, o ato planejava seguir para o Largo da Batata e parar a cidade no seu horário mais crítico. Porém, a única opção dada pela polícia era de descer pela Rua da Consolação até o centro velho, já esvaziado. Pressionado principalmente pelos vários secundaristas recém saídos de um grande movimento em defesa das suas escolas, com mais de duzentas ocupações e manifestações diárias, o MPL não poderia recuar e acatar o trajeto imposto pela polícia. Então, criou-se um impasse, que foi resolvido pela mais brutal repressão durante toda a manifestação, com dezenas de feridos e 60 presos.

A partir daí, o MPL começou a usar métodos para tentar recuperar o controle burocrático do movimento, jogando contra a tendência de massificação. Nos dois atos seguintes, a manifestação foi dividida em duas. Primeiro, com concentrações diferentes e, depois, com o mesmo local de concentração, mas caminhos diferentes. Sempre sob o cerco da Polícia Militar, que só precisou de poucas bombas para dispersar os autonomistas que se colocavam por manter os atos mesmo depois de terminados.

O quinto ato, no dia 21, teve concentração no terminal de ônibus Parque Dom Pedro. Pela primeira vez, houve uma plenária antes da saída do ato para decidir o trajeto. A concentração não contou com 1.000 manifestantes. Apesar da dificuldade em discutir sem um aparelho de som adequado, quatro propostas foram apresentadas e o movimento decidiu que iria até a Assembleia Legislativa pela Avenida 23 de Maio, contra inclusive a imposição de trajeto da polícia de que o ato fosse até a Praça da República. Pois a polícia não abriu mão de seu trajeto e a direção do MPL decidiu que o ato iria até a Praça da República, passando por cima da decisão da maioria. Chegando lá, haveria nova plenária para decidir o que fazer. Por ruas esvaziadas e calçadas, o ato chegou tranquilamente ao seu destino com exceção de duas bombas estouradas pela PM no vale do Anhangabaú. Durante a manifestação, o número de participantes aumentou bastante, chegando a aproximadamente 5 mil pessoas.

Chegando ao fim do ato, quase às 22h, constituiu-se a plenária que decidiu continuar a manifestação pela Rua da Consolação, em direção à Avenida Paulista. Nessa hora, o ato voltou a ficar pequeno. A polícia então atacou a manifestação com muitas bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de



borracha. Estava encerrado mais um ato contra o aumento da tarifa, com mais nove presos e vários feridos.

A manifestação do dia 26 contou aproximadamente 2 mil pessoas, e foi do Parque da Luz até Câmara Municipal, sem repressão. Constituiu-se novamente a assembleia que decidiria o trajeto. O MPL perdeu a votação para a proposta do bloco de luta (frente PSTU, PSol, PCB etc). Novamente as ruas vazias e nenhum impacto sobre a economia.

O sétimo ato, chamado pelo MPL como ato-reunião, convidando o prefeito e o governador para discutir as propostas do movimento, iniciou-se no Largo do Paissandu e caminhou até a Prefeitura, novamente por calçadas e cercado pela polícia.

Haddad e Alckmin não apareceram – como o previsto – e se iniciaram as falas no precário equipamento de som. As correntes (PCB, ANEL, PSol, PSTU, PCB e outros coletivos) caracterizaram o movimento como sendo de luta e em nenhum momento entraram em choque com a política pequeno-burguesa e sectária do MPL que, por sua vez, atuou para convocar o próximo ato para o dia 25 de fevereiro e transformar o que poderia ser uma plenária num palanque de falas radicalizadas mas sem propostas, ou seja, para pôr uma pá de cal na mobilização.

O POR defendeu em sua fala a unidade com o movimento operário na luta não só contra o aumento da tarifa, mas contra o aumento do custo de vida em geral, em defesa da vida das massas, contra o ajuste fiscal. Também defendeu que o movimento se organize em assembleias onde se discuta e decida coletivamente a pauta e os métodos de luta, contra os métodos burocráticos da direção. E fez a crítica à proposta do MPL de próximo ato para o dia 25 de fevereiro.

Houve uma defesa de que houvesse uma assembleia no dia 4 de fevereiro. Logo após, a mesa encerrou o ato, reforçando o chamado para o dia 25 de fevereiro, ignorando a proposta e passando por cima da plenária.

Balanço

Eis alguns aspectos determinantes para o balanço do movimento contra o aumento da tarifa: governo do estado e a prefeitura, repressão policial, direção do movimento/MPL, atua-

ção das demais correntes.

O reajuste anunciado pelo governo do estado e da prefeitura serve unicamente ao subsídio bilionário dos capitalistas do transporte. O valor da tarifa não é convertido em melhorias nos transportes, só serve para aumentar os lucros dos capitalistas. A superlotação, os atrasos, cortes de linhas, redução de frota se mantiveram. As obras de expansão da linha férrea e corredores de ônibus são superfaturadas, a conclusão é morosa, e o metrô acaba de paralisar mais três obras. A cidade de São Paulo cresce, é a mais rica da federação, mas não possui malha de transporte que atenda às necessidades dos trabalhadores. O alto custo da tarifa (seria de R\$ 2,60 de acordo com a inflação) cerceia os desempregados na procura de emprego e os jovens de saírem do confinamento dos bairros pobres.

Esse reajuste é parte das medidas que descarregam sobre as massas a crise do capitalismo. Juntamente com a tarifa do transporte, aumentam também o preço do aluguel, dos alimentos, das contas de luz e água, da gasolina. O ajuste fiscal corta direitos. A economia em recessão jogou mais de um milhão no desemprego, os salários foram arrojados pela inflação e pela redução nominal.

Vê-se que a situação é objetiva para os levantes das massas. As dezenas de greves que se deram em 2015, algumas delas assimilando os métodos da classe operária de ocupação e bloqueio das grandes avenidas, mostram que o quadro é de aumento da luta de classes. É por isso que Alckmin/PSDB e Haddad/PT se uniram para impor o aumento da tarifa por meio da força policial. Era preciso agir rápida e cirurgicamente para desmontar o movimento e não permitir que se erguesse um caminho que desembocasse em um novo junho de 2013. Daí que a repressão se deu de maneira ostensiva. Articulou-se todo o aparato repressivo, os diferentes destacamentos estiveram nas ruas para cercar, agredir e prender os manifestantes. A importação de novos aparatos de Israel contribuiu para impor a força repressiva do Estado Policial. A mídia cumpriu seu papel auxiliar da repressão, ocultando o real número de presos e feridos, focalizando nas ações individuais de setores do movimento, desgarrados da tendência geral, de modo a distorcê-lo. Em outros momentos, preferiu simplesmente se calar, ignorando o fato.

O MPL mantém-se na direção do movimento. O POR tem criticado o MPL, desde a sua fundação, por ter uma política reformista, de pressão parlamentar e avessa à democracia operária. A política reformista, de pressão parlamentar, não é capaz nem pretende levar a um enfrentamento com a burguesia. A direção do MPL acatou o trajeto imposto pela polícia, em detrimento da decisão de assembleia; fracionou o movimento, conduziu as massas de jovens e trabalhadores por trajetos inócuos, sem nenhum impacto na economia; concentrações convocadas para lugares sem fundamento: Parque da Luz – ao lado da base da Tropa de Choque, Rocam, Rota, cavalaria, o que colocaria em maior risco o movimento – Largo do Paissandu, local ta-

ticamente inexpressivo. Sua política de “horizontalidade”, na verdade, é autoritária. Impõem-se os interesses de um grupo minoritário do interior do MPL à maioria, da qual é subtraído seu direito democrático de decisão. A aversão ao carro de som e o método “jogral” é um instrumento definitivamente desorganizador. Somente pode ocorrer numa manifestação pequena, de no máximo duas mil pessoas.

A luta burocrática pela pressão parlamentar está em oposição à massificação dos atos. O MPL é direção do movimento somente se este estiver limitado. Sua massificação, como a de 2013, fez com o MPL perdesse o controle. Um primeiro ato, com 10 mil pessoas, indicava que a tendência era a de ganhar proporções ainda maiores que os dois anos anteriores. E o que fez o MPL? Agiu na contramão da luta de classes e podou o



movimento. Permitiu que ele estivesse sobre as garras da polícia. Não organizou a autodefesa do movimento. Uma das consequências foi o medo que se alastrou entre os manifestantes. Não se trata de temer simplesmente o enfrentamento com a polícia, mas de não ter o respaldo do movimento em caso de prisão e processos. O enfrentamento e a resistência necessariamente devem ser organizados e as massas percebem disso, ainda que instintivamente.

O temor de perder o controle também se manifestou nas pseudo-assembleias que foram convocadas somente a partir do antepenúltimo ato, quando o movimento já se encontrava em esvaziamento. A política burocrática e sectária do MPL o torna avesso à democracia operária. As assembleias fajutas são uma farsa. A decisão efetivamente é tomada pela cúpula do MPL. Quando submetida ao coletivo, não é acatado. É mais fácil se dobrar à polícia e cumprir o trajeto que ela impõe. A Assembleia não serve unicamente para decidir trajeto. Trata-se de decidir sobre todo o rumo do

movimento.

A contradição está em que a política do MPL é ineficaz, as reivindicações, por mais limitadas que sejam, hoje, dependem de movimentos massivos. Não estamos mais na era das reformas, mas na fase de decomposição do capitalismo. As pequenas conquistas, como o passe livre (limitado) aos estudantes, são conquista de um movimento multitudinário, um milhão estava nas ruas nas principais capitais. Um movimento controlado de duas a três mil pessoas, voltado à pressão sobre os governos ou parlamentares, fracassará inevitavelmente. A direção do MPL é pequeno-burguesa, não admite a impossibilidade de um Estado reformador. Se o admitissem espontaneamente, se veriam obrigados a se colocar contra a propriedade privada, e isso são incapazes de fazer, a menos que o movimento esteja sob a direção da classe operária.

As demais correntes reformistas, centristas e estalinistas: PSol, PSTU, LER-QI/MRT, PCB disputaram a direção, mas no campo da mesma política de pressão parlamentar. Não houve diferença programática. Estavam separados por oportunismo eleitoral. Por isso a convivência do método autoritário. Por

isso não enviaram o carro de som. Por isso se calaram quanto à capitulação à polícia. Procuraram disputar no campo da política do MPL os militantes do MPL.

O movimento contra a redução da tarifa atesta a crise de direção revolucionária das massas. Barrar o aumento dependia necessariamente de sua massificação, que se daria por meio de bandeiras de unidade: passe livre a estudantes e desempregados, emprego e salário a todos; fim do corte de direitos; estatização, sem indenização, dos capitalistas de transportes, sob controle operário; abaixo a repressão, fim da polícia, pelo fortalecimento dos comitês de autodefesa; pelo direito democrático à livre organização e manifestação.

A direção burocrática e pequeno burguesa do MPL precisa ser superada e em seu lugar erguer uma direção revolucionária. O transporte atenderá às reais necessidades dos trabalhadores e da juventude oprimida quando a classe operária assumir a luta e, pela força da paralisação da produção, impor a expropriação e o seu controle. Não há saída parlamentar. O parlamento está a serviço da burguesia e não dos explorados

e oprimidos.

A construção de um movimento massivo, que trouxesse às ruas a classe operária, depende da defesa das reivindicações imediatas de salário, emprego e defesa dos direitos, da organização do movimento a partir das assembleias de base e sua unidade em um comando unificado, e do uso dos métodos de luta da classe operária, assimilados pelas massas desde 2013 e usados pelos secundaristas recentemente. O enfrentamento com governos e parlamentos se realiza com a paralisação de ruas e avenidas, que afeta a economia, e das fábricas, afetando a produção. Governo e parlamento são instrumentos dos capitalistas para garantir a ditadura de classe. O estado policial serve aos exploradores. Cabe levantar a defesa coletiva, jurídica e política, ligando-a às reivindicações e métodos de luta que são combatidos com a repressão. Essas tarefas do movimento se ligam à necessidade da constituição de uma direção revolucionária, que tenha em seu programa a estratégia da revolução proletária (governo operário e camponês), e a expropriação e coletivização dos meios de produção social.

Boletim distribuído pelo POR na manifestação de 00/01/2016.

Comparecemos em todas as manifestações sempre com um boletim diferente.

O governo usa da força policial para impor o aumento da passagem e garantir mais lucro aos capitalistas dos transportes

A resposta do movimento deve ser: ASSEMBLEIAS GERAIS, DEFESA DE SALÁRIO EMPREGO E DIREITOS, UNIFICAR COM A CLASSE OPERÁRIA E DEMAIS TRABALHADORES, BLOQUEIO DAS GRANDES AVENIDAS e ORGANIZAÇÃO DOS COMITÊS DE AUTODEFEA DO MOVIMENTO!

A última manifestação mostrou que a tática do governo do estado é de abafar o movimento com trajetos noturnos e inócuos nas ruas esvaziadas do centro da cidade e no fim dispersá-lo com uso da repressão para esgotar o movimento pelo medo. Na quinta-feira passada (dia 21), no terminal parque Dom Pedro, houve uma plenária antes da saída do ato para decidir o seu trajeto. A concentração não contou com 1000 manifestantes. Apesar da dificuldade em discutir sem um aparato de som adequado, quatro propostas foram apresentadas e o movimento decidiu que iria até a assembleia legislativa pela avenida 23 de maio, contra inclusive a proposta da polícia de que o ato fosse até a praça da república. Pois a polícia não abriu mão da sua “proposta” e a direção do MPL decidiu que o ato iria até a praça da república, contra a decisão da maioria. Chegando lá haveria nova plenária para decidir o que fazer. Por ruas esvaziadas e calçadas o ato chegou tranquilamente à praça da república com exceção de duas bombas estouradas pela PM no vale do Anhangabaú. Durante o ato, o número de manifestantes aumentou bastante chegando a aproximadamente 5000 pessoas.

Chegando no fim do ato, quase às 22h, constituiu-se a plenária que decidiu continuar o ato pela rua da consolação. Nessa hora o ato voltava a ficar pequeno. A polícia então atacou a manifestação com muitas bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Estava encerrado mais um ato contra o aumento da tarifa com 09 presos e vários feridos. É notável o efeito que a repressão policial gera nos lutadores. O medo é o que fez com que a concentração e o encerramento

do ato tenham sido esvaziados. Porque é nessas horas que o movimento tem sido reprimido pela polícia. As concentrações tem sido demoradas o que implica na saída do ato muito tarde, quando o impacto no trânsito é menor.

O movimento não pode se dobrar à imposição da polícia militar e deve fazer o trajeto que decidir autonomamente. Esse trajeto deve ser definido em uma assembleia onde todos podem apresentar suas propostas de trajeto e votar. Isso não precisa acontecer necessariamente na concentração do ato. É preciso fazer um chamado amplo a todos os movimentos sindicais e sociais a comporem a luta contra o aumento da tarifa e ampliá-lo em um movimento pelos direitos mais elementares começando pelo emprego e salário contra o aumento geral do custo de vida. As assembleias nos locais de estudo e trabalho devem ser erguidas e a partir das bases definidos os rumos da luta contra o Estado.

- Por em pé as assembleias nos locais de estudo e trabalho;
- Por uma assembleia geral que decida as pautas e os métodos do movimento democraticamente;
- Passe livre a estudantes e desempregados;
- Pela estatização de toda a rede de transporte sob controle operário;
- Defesa do emprego a todos com a escala móvel das horas de trabalho, que é a divisão das horas entre todos os aptos ao trabalho;
- Por um salário mínimo vital que atenda às reais necessidades do trabalhador e de sua família com escala móvel de reajuste de acordo com o aumento do custo de vida.

Congresso do ANDES: adaptação oportunista e retrocesso em suas formulações

O 35º Congresso do Andes ocorreu sob orientação reformista do PSOL – que dirige o ANDES –, a adaptação oportunista do PSTU que se rebaixou mais ainda para ingressar na chapa hegemônica que disputará a eleição em maio para o biênio 2016 a 2018. O que evidenciou importantes retrocessos políticos nas formulações do sindicato.

Realizado entre 25 a 30 de janeiro em Curitiba, sob o tema “Em defesa da educação pública, gratuita e dos direitos dos trabalhadores”, contou com a participação de 469 congressistas, sendo 356 delegados, 74 observadores, 33 diretores, 6 convidados e 74 seções sindicais.

O representante da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela/PSTU, defendeu na abertura a “Alternativa dos Trabalhadores”, a formação do terceiro campo, eleitoral. O que eles entendem como “alternativa” é a constituição de um movimento “contra o governo e a oposição burguesa, classista, com um programa mínimo de defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo pobre”. A ressurreição do famigerado programa mínimo dos revionistas da II Internacional mostra o grau de retrocesso reformista por parte do morenismo. Ao invés de defender o Programa de Transição, retrocedem à defesa da ordem capitalista, requeitando a ilusão em reformas impossíveis na época imperialista. A Corrente Proletária na Educação/POR defendeu a consigna de Oposição Revolucionária ao governo Dilma (PT/PMDB/PCdoB), por constituir a bandeira que melhor configura a independência de classe dos explorados.

Em alguns grupos, prevaleceu a posição do PSOL e PSTU de se opor à denúncia do impeachment como um golpe, supostamente para não ficar emblocados com o governo, mas, escondendo, na verdade, o seu interesse eleitoral na cassação da presidente.

A diretoria do ANDES apresentou uma proposta defendendo que o Estado brasileiro ratifique a convenção 87 da OIT, revogando a lei que impõe a unicidade sindical. Desta forma, expõe completamente a sua subordinação ao legalismo burguês, defende a ingerência do Estado e de um organismo imperialista (a OIT) em apoio à sua política divisionista. O problema é que tanto o PSOL quanto o PSTU não podem defender a unicidade sindical devido às suas práticas divisionistas no movimento organizado dos trabalhadores ao formarem a Intersindical e Conlutas, respectivamente, e apresentam as bandeiras do imperialismo como meio para supostamente defender a liberdade sindical.

Na questão do concurso público para os terceirizados, a CPE/POR se opôs defendendo a proposta de efetivação dos terceirizados, como parte da luta em defesa de emprego a todos. O concurso público exclui uma camada da força de trabalho terceirizada, retirando a possibilidade única de garantir a sua sobrevivência e de sua família. A defesa da efetivação de todos os terceirizados deve fazer parte de uma luta geral por emprego a todos aptos ao trabalho. Essa reivindicação corresponde às necessidades e interesses gerais dos explorados, que não devem admitir nem o desemprego, nem o subemprego. A luta geral pelo emprego a todos, evidentemente, se choca com o funcionamento do capitalismo que tem como resultado a manutenção de um exército crônico de desempregados.

Um tema em que se evidenciou um franco retrocesso por

parte do sindicato é o do financiamento das universidades. Até pouco tempo atrás, a tese predominante era a defesa do financiamento integral por parte do Estado. Neste congresso, a direção do Andes, o PSOL, juntamente com o PSTU, defendeu a autonomia financeira das IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior). A autonomia financeira consiste no envio por parte do governo estadual de um percentual fixo da arrecadação de impostos para as universidades estaduais. Caso esse dinheiro não seja suficiente para cobrir as necessidades, a universidade tem o direito de buscar recursos de diversas formas como fundações, mensalidades, taxas, terceirização, parcerias com o setor privado, etc. Ou seja, a autonomia financeira consiste na desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação e o avanço da privatização.

A CPE/POR defendeu o financiamento total da educação pelo Estado e o governo tripartite, em contraposição à suposta autonomia financeira baseada no repasse de um percentual da arrecadação.

Outro importante debate nos grupos se deu acerca da Comissão da Verdade, criada pelo Andes em 2013. Neste ponto, destacou-se a necessidade das seções sindicais debaterem e tirarem conclusões práticas sobre a presença do entulho autoritário na estrutura das IES em seus respectivos estatutos e regimentos.

No tema das “questões organizativas e financeiras”, o ponto mais polêmico e recorrente nos últimos congressos foi a questão da proporcionalidade, que ganha destaque nos congressos de articulação das eleições. Nos últimos congressos, percebe-se que o PSTU vem defendendo de forma oportunista a proporcionalidade direta e qualificada na composição da diretoria do Andes. Essa defesa se deve à situação minoritária, pois quando compartilhava a direção do sindicato nunca levantou a defesa da proporcionalidade. Agora quando é minoria resolve levantar a proporcionalidade.

A CPE/POR também se colocou a favor da proporcionalidade, em defesa da democracia sindical/operária, se contrapondo ao aparelhismo das correntes nos sindicatos e movimentos sociais.

Por outro lado, este congresso teve a participação de muitos professores jovens, que se iniciam na atividade sindical e o ingresso de várias universidades ao ANDES, o que pode resultar no futuro numa renovação de quadros. Ademais, a condição precarizada em que ingressaram os docentes no período do REUNI pode se chocar com a orientação reformista predominante, como já se evidenciou limitadamente durante a última greve. A condição para que isto se concretize, no entanto, é o desenvolvimento da corrente proletária entre os docentes, pois, na sua ausência, o carreirismo político e o academicismo continuarão a prevalecer nos sindicatos, o que poderá se reproduzir nas novas gerações de professores.

A CPE/POR atuou no 35º Congresso do Andes com uma declaração programática que serviu de guia nas discussões. Abaixo publicada. Fez um trabalho de propaganda revolucionária com suas publicações, que despertou interesse em uma parcela dos participantes. Divulgou o mais seu mais recente livro *Socialismo ou Barbárie* e o folheto sobre as ocupações de escolas pela juventude secundarista do estado de São Paulo.



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n.21 - Janeiro de 2016

Ao 35º congresso do Andes: Unir as forças da educação para derrotar a ofensiva dos governos contra o ensino público

A crise econômica mundial arrastou o Brasil para a recessão. Em 2015, a queda no crescimento foi de 3,8% e a estimativa do FMI para 2016 é de uma queda de 3,5%. As medidas anticíclicas de socorro ao capital parasitário e multinacionais e de estímulo ao consumo com base no endividamento da população já se esgotaram. O segundo mandato de Dilma Rousseff (PT/PMDB) se iniciou com a entrega da política econômica diretamente ao capital financeiro, o que resultou no chamado “ajuste fiscal”. Dilma mostra seu compromisso em proteger os interesses dos banqueiros, dos credores da dívida pública, dos latifundiários, da agroindústria, das multinacionais e dos exportadores. A burguesia e seu governo responsabilizam a população em geral e os assalariados pelo déficit fiscal, sem nem ao menos mencionar a sangria do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, que consome quase metade do orçamento da União. Não por acaso Dilma vetou até mesmo a limitada medida da auditoria da dívida. O que o governo chama de ajuste, nós chamamos de ataques dos capitalistas aos postos de trabalho, aos salários, à habitação, aos camponeses pobres, às nacionalidades indígenas e aos direitos sociais. O novo Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, coloca como prioridade a reforma trabalhista e da previdência. O plano do governo é avançar na terceirização, rebaixamento dos salários, criminalização das greves, aprovação da Lei Antiterrorismo e aprofundamento da destruição da previdência pública em benefício dos fundos de pensão. A mercantilização e desnacionalização da Educação são parte deste processo.

Ataque às Universidades é parte do ataque geral à Educação Pública

No cotidiano das instituições de ensino são evidentes os efeitos da crise. O corte orçamentário bilionário se traduz em arrocho no salário dos servidores, falta de materiais, paralisação das obras, prédios caindo aos pedaços, falta de docentes e técnicos, incentivo à arrecadação via fundações, avanço do Ensino a Distância, privatização dos hospitais-escola via EBSEH, limitação ainda maior na assistência estudantil, congelamento das bolsas de permanência, atrasos nos salários dos terceirizados e demissões destes trabalhadores. Governo e reitorias apresentam como saída a “complementação” financeira via arrecadação própria, com cursos pagos, venda de serviços e busca de patrocinadores para os projetos de pesquisa.

Precarização e mercantilização fazem parte de um mesmo processo. Os ataques à educação pública servem à abertura de novos campos de valorização do capital, como vimos com a política privatista do governo Lula, com o Reuni, Prouni e Fies, continuada com Dilma, que acrescentou o Pronatec. Com a mercantilização do ensino superior, a educação passou a ser regida pela lei das mercadorias, o setor passou por várias fusões, chegando a conglomerados estrangeiros gigantes como a Kroton-Anhanguera. Na educação básica, ainda há o predomínio do setor público, mas a privatização avança por meio da terceirização da gestão via Organizações Sociais. O ataque às universidades é parte do ataque mais geral ao sistema público de ensino.

Os governadores aplicam o ajuste fiscal do governo federal com ingerência cada vez maior nas instituições estaduais de ensino e cortes no orçamento. O fechamento de salas de aula e escolas tem sido frequente em vários estados e municípios. Em Goiás, o governador Marconi Perillo (PSDB) está entregando as escolas para a gestão da polícia militar e das Organizações Sociais. Em São Paulo, o projeto de “reorganização” mostra a intenção de Geraldo Alckmin de cortar gastos e preparar a entrega da rede estadual de ensino para a gestão privada.

O Congresso do Andes deve considerar a universidade como parte do sistema geral de ensino. Não se pode isolar os problemas do ensino superior dos estágios anteriores da educação. Somente assim se reconhecerá que o ensino está desvinculado da produção social e funciona sobre a base da divisão do trabalho em que teoria e prática se encontram divorciadas. O avanço da mercantilização em detrimento do ensino público expressa essa profunda deformação do sistema escolar capitalista. É necessário que o Congresso se posicione por um sistema único, estatal, público, controlado por quem estuda e trabalha e vinculado à produção social.

Aprender com as ocupações secundaristas

Diante dos ataques, as massas saíram em luta. Foram inúmeras as manifestações e greves em vários setores, como metroviários, rodoviários, metalúrgicos, professores do ensino básico e superior, servidores federais de diversos órgãos, sem teto, mulheres contra as leis obscurantistas contra o aborto, dentre outras. 2015 se iniciou com a heroica greve dos servidores públicos do Paraná contra o confisco da ParanáPrevidência e retirada de direitos. O Governador Beto Richa (PSDB) aprovou a medida com a Assembleia Legislativa cercada e por cima de um verdadeiro massacre. As estaduais do Paraná, Bahia, Rio Grande do Norte, dentre outras, enfrentaram o ajuste fiscal dos governos.

A greve das Universidades Federais mostrou o descontentamento com os cortes orçamentários e denunciou o avanço da privatização, porém, não rompeu a passividade. Não se forjou, porém, uma real unidade nas universidades com os técnicos e estudantes que permitisse a massificação e a unidade com os Servidores Públicos Federais ficou condicionada aos limites impostos pelas direções governistas vinculadas à CUT e CTB. A direção do ANDES-SN apostou na via das mesas de negociação em vez de defender e criar as condições para a adoção dos métodos da ação direta. O governo se manteve intransigente na imposição do ajuste e venceu o movimento pelo cansaço.

As ocupações dos secundaristas em São Paulo trazem importantes lições ao movimento docente: a juventude respondeu ao fechamento de escolas com os métodos operários. Ocuparam suas escolas, ganharam as ruas em inúmeras marchas e manifestações, não recuaram diante da repressão e tentativa de criminalização do movimento social. A retomada das lutas das Instituições de Ensino, em 2016, exigirá a convicção de que nenhuma conquista virá de greves passivas e muito menos das mesas de enrolação do governo.

Conquistar a unidade do movimento de estudantes, professores e funcionários

Os ataques dos governos estaduais e federais são encarnados, no interior das Instituições de Ensino Superior, pela burocracia universitária. O avanço da privatização se vincula com a estrutura de poder antidemocrática nas universidades. O autoritarismo na aprovação do REUNI e da EBSEERH é um exemplo de como as burocracias são um braço do Estado burguês dentro das instituições. A tarefa do movimento não é a de disputar a gestão das Universidades em crise, por meio da conquista de reitorias “progressistas”, e nem de reformar esta estrutura de poder, chegando no máximo ao voto paritário. *Trata-se de defender a autonomia universitária como autogoverno da comunidade universitária, pôr fim ao reitorado e instituir o governo tripartite de estudantes, professores e funcionários, com soberania da Assembleia Geral Universitária.*

A unidade com o movimento estudantil exige que o movimento rejeite as ações meramente corporativas em torno dos salários e plano de carreiras e defenda um único sistema de ensino público, gratuito, vinculado à produção e controlado pelos que estudam e trabalham. É preciso constituir os comandos de mobilização unificados de estudantes, professores, técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados para defender as condições de estudo e trabalho e a democracia universitária.

O bloqueio da fragmentação sindicais e a tarefa de conquistar a independência política

O movimento docente, como parte do movimento mais geral dos trabalhadores no país, se defronta com a dificuldade em garantir a unidade das massas contra os ataques do governo e patrões. A disposição de luta das massas se confronta com fortes obstáculos. Diante da crise, os explorados precisam centralizar suas forças em nível local, regional e nacional, porém, o divisionismo e a fragmentação sindical impedem que a unidade na luta se materialize. Está aí por que a bandeira de Greve Geral que respondia a uma necessidade objetiva não teve condições para se materializar. Coloca-se na ordem do dia a necessidade de *uma única central sindical*, que deve ser imposta à burocracia por meio de um poderoso congresso de base. As Centrais Sindicais que dirigem a maioria dos sindicatos no país, e sobretudo o movimento operário, se mantiveram no campo das disputas interburguesas. A CUT, governista e estatizada, jogou peso na blindagem do governo, rechaçando as reivindicações próprias dos trabalhadores pelo emprego, salário e condições de vida. Ajudou o governo e os patrões a imporem o “Plano de Proteção ao Emprego”, aumentando a exploração da força de trabalho. A Força Sindical se alinhou com a oposição burguesa na defesa do impeachment de Dilma.

Já a CSP-Conlutas continuou dirigindo uma fração ultraminoritária dos sindicatos no país e se recusou a empunhar um programa de reivindicações transitórias. A força social que conseguiu aglutinar nos espaços Unidade de Ação e na marcha de 18 de Outubro tem sido direcionada para a estratégia eleitoral da “Alternativa dos Trabalhadores”. Ante a deflagração do processo de impeachment, ergueu a bandeira de “Nem Dilma, nem Temer e Cunha, nem Aécio. Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!”. O PSTU, que dirige a CSP, se somou ao chamado de eleições gerais, que é uma das saídas apresentadas pela oposição burguesa para retomar a centralização do Estado e aprofundar os ataques aos trabalhadores.

Diante da disputa interburguesa entre PT e PSDB é

fundamental ajudar as massas a conquistarem sua independência política, essa tarefa parte das respostas aos ataques da burguesia e seus governos aos postos de trabalho, aos salários, à habitação, à saúde e à educação. A resposta à crise política tem de se dar com reivindicações e métodos do proletariado, vinculando a defesa das condições de existência com a estratégia revolucionária do governo operário e camponês. Isso não nos exime, porém, de caracterizar o impeachment como um golpe institucional, uma medida antidemocrática inscrita na Constituição como salvaguarda do direito da burguesia destituir um governo eleito. A democracia formal burguesa não admite o princípio elementar da revogabilidade do mandato do eleito por aqueles que o elegeram. As instituições burguesas (Polícia Federal, Congresso Nacional, STF, TCU, TSE) têm protagonizado uma punição seletiva ao PT por crimes que todos os partidos burgueses cometem. Estes crimes da burguesia devem ser investigados e punidos por *Tribunais Populares*. É preciso combater o golpismo da direita burguesa com o programa e com os meios próprios dos explorados.

A Corrente Proletária na Educação propõe que os delegados do 35º Congresso do ANDES-SN aprovem a seguinte plataforma de luta

- 1) Contra as medidas antipopulares do governo Dilma, dos governos estaduais e do Congresso Nacional! Derrubar nas ruas as MPs 664/665, o PLC 30/2015 (Lei da Terceirização) e o ajuste fiscal, voltado ao sacrifício dos explorados!
- 2) Em defesa dos empregos e dos salários: nenhuma demissão, estabilidade no emprego! Emprego a todos com a divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores, reduzindo a jornada sem redução de salários! Salário mínimo vital calculado nas assembleias de base, reajustado automaticamente diante do aumento da inflação! Abaixo o PPE!
- 3) Unir efetivos e terceirizados na luta pelo fim de toda terceirização, derrubada do PLC 30 e em defesa da efetivação/contratação direta de todos os 12 milhões de terceirizados, sem concurso, com salários e direitos iguais aos efetivos!
- 4) Em defesa da educação e saúde públicas: reversão dos cortes de verbas! Estatização sem indenização dos sistemas privados de educação e saúde. Por um sistema único de ensino público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.
- 5) Derrotar a ofensiva reacionária da burguesia! Abaixo o PL 5069, o Estatuto da Família e a Lei da “Heterofobia”! Em defesa do aborto livre, seguro e gratuito, fornecido pelo Estado!
- 6) Abaixo a Lei Antiterrorista! Contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais! Pelo direito irrestrito de manifestação e livre expressão política e de pensamento! Constituir os comitês de luta contra a repressão!
- 7) Construir a greve geral para derrubar de conjunto os ataques aos direitos e o ajuste fiscal do governo! Unificar as lutas e impor as reivindicações por meio da ação direta das massas!
- 8) Oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma (PT/PMDB)! Por uma frente única de luta no campo da independência de classe! Abaixo o capitalismo! Por um governo operário e camponês!

Cadastre seu email e receba o boletim online da CPE:

POR@PORMASSAS.ORG

Acesse o Blog da Corrente Proletária na Educação
CPE-POR.BLOGSPOT.COM.BR

Nossa luta no bairro Jardim Vassouras II

Quem mora em Francisco Morato, que se desloca todos os dias de trem ou de ônibus para trabalhar em outra cidade, que tem de sair de casa de madrugada e só retornar à noite, sente o peso do custo do transporte e suas péssimas condições. A novidade no começo de 2016 foi o aumento da passagem do ônibus de R\$ 3,30 para R\$ 3,70, acompanhando o trem e o metrô, que era R\$ 3,50 para R\$ 3,80. É preciso levar em conta que a maioria dos moradores ganha de 1 a 2 salários mínimos, que mal dá para comer. Para os desempregados e para jovens que vão à procura de emprego, as dificuldades aumentam.

Os moradores do bairro Jardim Vassouras II sentem no bolso o custo de vida e a falta de condições básicas. Diariamente, as famílias vivem o drama da falta de escolas, postos de saúde, creches e transporte. Seus filhos têm de estudar longe de casa porque não tem escola no bairro. As mães têm de correr atrás do transporte escolar, que é limitado. As mães, com crianças em idade de ir para creches, não encontram vagas. Como dependem da creche para poder ir trabalhar, são empurradas a pagar creche particular ou alguém para cuidar. Mas muitas não têm dinheiro nem para creche particular, nem para pagar uma cuidadora. Então, deixam as crianças sozinhas em casa.

Quanto à saúde pública, a situação não é diferente. Conseguir uma consulta é a coisa mais difícil. Quando tudo dá certo, a mãe consegue consulta no pediatra mês sim, mês não. Um posto de saúde para dois bairros e ainda por cima com falta de médicos não permitem que os doentes sejam atendidos. Hospital público no centro da cidade e a Santa Casa endividada mal escondem a decadência da saúde voltada aos pobres. A precariedade é tão grande que a população tem medo

das infecções hospitalares.

O transporte não pode levar os passageiros pelo bairro porque as ruas não são asfaltadas. Deixam os passageiros em um ponto distante de suas casas. Uma enorme subida os espera diariamente quando voltam cansados do trabalho. Os idosos e as crianças são os mais penalizados. Quando chove, fica intransitável. Nem os taxistas em caso de urgência aceitam transportar aqueles que têm alguma condição para pagar.

E como resolver essa situação? O exemplo foi a luta pela água. Os moradores se reuniram e se dirigiram à Sabesp. O prefeito, sob pressão, instalou uma bomba para auxiliar a subida da água no morro. O caso da saúde e do transporte será resolvido com luta. Já fizemos abaixo-assinado, o prefeito foi ao bairro, mas nada foi resolvido. É preciso que os moradores formem um comitê de bairro e que este convoque assembleia popular. As decisões devem ser tomadas coletivamente.

Muito importante a participação das mulheres nessa luta. São elas que mais sentem as dificuldades da família operária e, principalmente, no cuidado que tem de ter com os filhos, além de trabalhar em casa, uma parte delas tem de trabalhar fora. Muitas são arrimo de família. A união das mulheres e homens nos comitês de bairro dará força à luta contra as brutais dificuldades que são consequência do capitalismo, que explora a maioria e os empurra à pobreza e à miséria. As lutas nos bairros devem ser o ponto de partida para se unir com a luta da classe operária e demais explorados. É preciso que a população dos bairros pobres participe dos movimentos populares pelo direito à moradia, saúde, educação e transporte. Pelo passe livre aos desempregados e a toda a juventude.

Violência contra o campesinato aumenta em Rondônia

Os dados são recentes: Rondônia superou o estado do Pará no número de mortes ligadas aos conflitos de terra. Ao todo, foram 21 mortos em 2015 contra 19 do Pará. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra, o aumento ocorreu em todo Brasil, mas a região norte continua liderando em número de mortes. É certo que o avanço do agronegócio e a necessidade de especular com os amplos territórios ainda não explorados da região potencializam o assassinato de camponeses sem terra, que lutam para produzir e se manter em seu território.

Agora, em primeiro de janeiro, uma nota do Liga dos Camponeses Pobres (LCP), que atua em Rondônia, denunciou o desaparecimento de um camponês ligado ao movimento. Lucas da Costa da Silva, de 23 anos, era um dos acampados que lutava pela expropriação da fazenda Fluminense, no município de Monte Negro, cujo proprietário é o latifundiário e ex-deputado Jair Miotto. O corpo foi encontrado morto na tarde de sábado 02/01 dentro da fazenda Fluminense às margens da represa usada na criação de peixes. No dia 23/01/2016, os camponeses Enilson Ribeiro dos Santos e Valdino Chagas de Moura foram perseguidos em Jaru por uma moto por um longo trecho dentro da cidade, do trevo da avenida dom Pedro I até o km 1,5 da linha 605, quando os pistoleiros os executaram de forma covarde. Desde 2012, os camponeses sem-terra lutam pela expropriação da fazenda; ainda em 2012, houve a ocupação e a divisão das terras pelos camponeses organizados pela LCP. Em 28 de novembro de 2014, o camponês Luiz Carlos da Silva desapareceu nas terras da fazenda ocupada. Depois de protestos, com bloqueio de rodovia, a polícia começou a investigar, mas não se encontrou o corpo do camponês. Várias famílias abandonaram os seus lotes e somente em novembro de 2015 houve o retorno de famílias e novos camponeses. E agora, como parte desse processo, novo desaparecimento em uma fazenda que tem 800 alqueires e poderia servir ao assentamento das famílias.

Violência em geral esconde a violência no campo

Também como dado recente, a pesquisa da ONU aponta a região do Vale do Jamari, onde se concentram os conflitos por terra, como a mais violenta de Rondônia. A taxa em Buritis é de 79 mortos para cada 100 mil habitantes; a de Ariquemes, de 45 mortes. Essas duas principais cidades do Vale refletem o aumento da violência em geral, mas evidenciam que ela está ligada ao problema da terra. Sobretudo, nas cidades de Ariquemes e Jaru que concentram as atividades da Liga dos Camponeses Pobres e tem se destacado na ação direta para a ocupação dos latifúndios do Estado.

A polícia e a imprensa apontam como causa da grande violência na região o “confronto entre quadrilhas”, o tráfico de drogas e os “crimes passionais”. De fato, Buritis aparece como a 15ª cidade mais violenta do país. Mas, mesmo que a violência geral se relacione com os mesmos fatores que atingem as grandes cidades, Buritis, como as outras oito cidades do Vale do Jamari, está no epicentro do conflito de terras em Rondônia. Cerca de 40% de toda população das nove cidades (Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Monte Negro e Rio Crespo) é de camponeses que vivem do trabalho na terra. O número de famílias assentadas no Vale ultrapassa as 15 mil. Não é de espantar, portanto, que o conflito de terra cresça na região. A pobreza do Estado, que tem um PIB de cerca de 30 bilhões de reais por ano, ligada à expansão da agropecuária, a qual tem sido responsável pelo aumento do PIB nos últimos cinco anos, coloca em oposição os pequenos camponeses aos latifundiários e capitalistas do setor.

A tendência é que a violência em Rondônia aumente, com maiores conflitos sobretudo nas regiões em que a massa camponesa está minimamente organizada. A defesa da ocupação das terras, de liberação de verbas para os camponeses, de fim dos assassinatos e camponeses, de organização da autodefesa e dos métodos de ação direta é fundamental que a vida dos camponeses seja defendida e que se avance a luta de classes em favor da maioria oprimida.

Nesta edição:

- Bolívia: Balanço do XVI Congresso da Central Operária Boliviana (COB)
- Crise política na Venezuela
- 92 anos da morte de V. Lênin

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Publicamos abaixo a intervenção do Partido Operário Revolucionário da Bolívia no XVI Congresso da COB.

A Central boliviana surgiu em meio à revolução de 1952. Tem a particularidade de concentrar as forças das massas revolucionárias tendo à frente o proletariado mineiro. Está aí por que surgiu como uma organização soviética (conselho de operários, camponeses, estudantes, etc.), que chegou a colocar-se como um poder diante do Estado burguês. Foi fundada em 17 de abril de 1952. Em 31 de outubro de 1954, realizou seu primeiro congresso. Na medida em que a revolução de 1952, sob a direção do nacionalismo burguês, foi incapaz de realizar as tarefas democráticas e a burguesia boliviana foi desmontando o processo revolucionário, a COB foi se adaptando, se burocratizando e perdendo seu caráter de centralizadora das massas em luta. O governo de Hernán Siles (1956-1960) procurou dividi-la.

A COB se encontra hoje extremamente burocratizada e desvinculada das massas exploradas. No entanto, não perdeu sua importância política e permanece a necessidade de recuperá-la como Central proletária, constituindo uma nova direção revolucionária. A luta pela independência e pela democracia operária se encontra na ordem do dia, como demonstra a luta do trotskismo no seu XVI Congresso.

É bom que a classe operária no Brasil rechace o divisionismo que levou à formação de inúmeras centrais, todas elas burocráticas. A CSP-Conlutas também é fruto do divisionismo e das tendências burocráticas que predominam no seio do sindicalismo brasileiro. Está aí por que entre nós é importante a defesa de uma única central, classista, democrática e independente diante da burguesia.

A experiência da luta proletária boliviana tem enorme importância devido à presença do POR boliviano. O artigo que transcrevemos mostra o quanto a burocracia vinculada ao governo de Evo Morales combate os revolucionários com ameaças de violência, típicas do Estado burguês. Nenhuma ação reacionária dos burocratas demoverá os marxistas-leninistas-trotskistas de lutar no seio do movimento sindical com o programa do proletariado.

Balanço do XVI Congresso da Central Operária Boliviana (COB)

Discussão entre o controle despótico do oficialismo e a pressão do descontentamento das bases

O acontecimento mais importante do movimento operário boliviano, isolado no Valle chicheño, se realizou por cima das bases. Os delegados foram cuidadosamente selecionados em prévias reuniões setoriais e cupulares.

No entanto, apesar do controle que o oficialismo exerce sobre a maioria, existem setores que assumem atitudes críticas e se rebelam de maneira subterrânea (sem se manifestar frontalmente) contra as manobras da burocracia. Outro aspecto importante são as contradições que existem entre os setores, por exemplo, entre operários fabris e mineiros. Os primeiros questionam a condição de vanguarda do setor mineiro com o argumento de que estes se esqueceram dos demais setores explorados. Afirmando que estes estão satisfeitos pelos salários

altos que receberam durante os últimos seis anos e que têm se mantido à margem das lutas travadas pelos demais setores, que procuram melhorar suas condições de vida e de trabalho. O outro fator visível é que o governo tem usado os camponeses, a confederação de mulheres camponesas indígenas, os petroleiros e os operários da construção civil como tropa de choque, que, desde o início, se encarregaram de hostilizar as tendências opositoras, principalmente o trotskismo.

Neste ambiente se realizou o trabalho da comissão política, a mais importante do Congresso. Foram apresentados dez documentos. A maioria de clara diretriz oficialista, que tem como conteúdo comum a defesa do “processo de mudança” contra o ataque interno e internacional da direita. No entan-

to, nenhum deles teve a ousadia de defender o voto pelo SIM para a reeleição de Evo Morales e García Linera. O documento mineiro, aprovado no último Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), expressa com maior clareza o pensamento do oficialismo. Durante o debate, os outros documentos oficialistas foram cedendo terreno aos dos mineiros, provavelmente por instruções “de cima”.

Entre as tendências opositoras (um documento dos administradores da UMSA, de clara filiação do PT; outro dos trabalhadores da UMSA, muito próximo do documento da Brigada Sindical Revolucionária; e, finalmente, o documento da Brigada Sindical Revolucionária, de nítida orientação trotskista). Todos têm em comum uma dura crítica ao oficialismo. O documento trotskista tem a característica de fundamentar teoricamente a natureza da crise estrutural do capitalismo; a situação latino-americana frente à crise, explicando a derrota do peronismo na Argentina e do chavismo na Venezuela como consequência do fracasso da posição subjetivista do Socialismo do Século XXI; demonstra por que o governo do MAS é um governo burguês e reacionário; denuncia o papel contrarrevolucionário da burocracia sindical, reivindicando a condição de vanguarda do movimento proletário e termina com uma plataforma de luta que expressa os interesses de todos os setores oprimidos e explorados do país.

Durante o debate, que durou aproximadamente dez horas, rapidamente polarizaram o documento dos mineiros e o da Brigada Sindical Revolucionária. O oficialismo, carente de qualquer fundamentação para defender seu documento, re-

correu ao disparate de argumentar que o trotskismo por sua posição crítica ao governo se converteu em um instrumento da direita; a partir de seus setores mais agressivos (petroleiros e camponeses), chegaram ao extremo de ameaçar de morte os companheiros da Brigada.

Neste ambiente de grande controle burocrático do oficialismo, no entanto, se percebe um acentuado descontentamento dos delegados de base que, secretamente, em conversas pessoais, denunciaram que “tudo já está decidido pelos dirigentes e pelos operadores do governo que se encontram em Tupiza”. A fração trotskista distribuiu amplamente seu documento político e quatro números do *K'arasimi* (“o que fala sem meias palavras”), além das Teses de Pulacayo e a Tese do IV Congresso da COB. Todos estes documentos foram arrebatados das mãos dos companheiros encarregados pela venda. Surpreendeu-nos a avidez dos delegados de base em ler a imprensa revolucionária.

Dessa maneira, um punhado de trotskistas, o apoio secreto de centenas de delegados de base inconformados como vítimas da pressão burocrática do oficialismo, que utiliza mecanismos imorais (desde o controle sobre a ajuda de custo, passagens, etc.) e do descontentamento reinante em suas próprias bases, cumpriu o trabalho de manter alto o programa revolucionário e chamar o proletariado (particularmente o mineiro) a cumprir sua obrigação de dirigir os explorados para o caminho da revolução. O tom do debate poderá ser apreciado nos *K'arasimis* que também foram publicados neste número do *Masas*.

(Extraído do Jornal *Massas*, nº 2432, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Crise política na Venezuela

O artigo abaixo foi escrito logo após as eleições parlamentares na Venezuela. Devido ao espaço não foi publicada no Jornal Massas anterior. Os acontecimentos posteriores confirmam que a vitória da oposição aprofunda a crise política. A coalizão anti-chavista Mesa de Unidade Democrática (MUD) foi obrigada a recuar em sua tentativa de anular a decisão da justiça que cassou o mandato de quatro parlamentares eleitos, sendo três da oposição. Assim, a oposição não teve como garantir a maioria parlamentar de dois terços, que lhe daria imensos poderes.

O governo Maduro, sem a maioria na Assembleia Nacional, enfrentará uma oposição mais bem estruturada no seio do Estado. A crise econômica tende a se agravar com a queda vertiginosa dos preços do petróleo, com uma inflação que alcançou 141,5% em setembro de 2015 e com a recessão que derrubou o PIB em 7,1%.

O fundamental na mudança da correlação de forças entre chavistas e opositores está em que expõe o fracasso do nacionalismo e da impostura do “socialismo do século XXI”. É a própria incapacidade do ex-governo de Hugo Chávez e agora de Nicolás Maduro de romper com a burguesia venezuelana e impor de fato a independência do país diante do imperialismo que explica a reestruturação e fortalecimento da oposição pró-imperialista e oligárquica.

As ilusões de que o chavismo conduziria a Venezuela para uma revolução democrática, que como tal resolveria as contradições fundamentais do capitalismo atrasado e subordinado às potências, e que arrancaria as massas da pobreza e do grande atraso cultural vieram abaixo com a crise econômica mundial e suas repercussões internas.

Cada vez mais se evidenciou que sob a máscara de um governo dito democrático, popular e socialista se ocultava um governo bur-

guês que em nenhum momento afetou os interesses gerais da burguesia venezuelana e do imperialismo. Trata-se, portanto, da crise de um governo burguês e não de um socialista. A derrota eleitoral nas eleições parlamentares indicou o descontentamento e a desconfiança crescente de uma importante parcela da população no governo de Maduro, ainda que as camadas mais oprimidas continuem a apoiá-lo.

É visível que o declínio do governo mais francamente nacionalista na Venezuela é parte do declínio de uma linhagem de governos que no passado ganharam projeção entre as massas com a bandeira do anti-neoliberalismo e das reformas populares. Na Argentina, venceu a direita pró-imperialista conduzida por Mauricio Macri; no Brasil, Dilma Rousseff dirige um governo desmoralizado e ameaçado de impeachment; na Bolívia, Evo Morales, o mais firme destes governos, manobra com todas as armas para ganhar apoio à reeleição em um quarto mandato. O importante dessa mudança no quadro político da América Latina está em que as massas se veem diante de governos antinacionais e antipopulares e terão de lutar ferremente por suas reivindicações e com seus métodos próprios de luta.

No próximo período, a vanguarda tem pela frente a tarefa de trabalhar pela independência de classe dos explorados. As condições políticas serão melhores uma vez que o pseudo nacionalismo e reformismo já não tem tanta facilidade de reproduzir as falsificações em nome do socialismo, da inclusão social e das reformas anti-neoliberais. Está colocado desenvolver a estratégia da revolução proletária, do governo operário e camponês, partindo das reivindicações mais elementares da maioria oprimida e das tarefas democráticas próprias dos países semicoloniais.

O chavismo se desagrega, a oposição pró-imperialista avança **A vanguarda venezuelana tem por tarefa** **superar a crise de direção revolucionária**

Em 6 de dezembro de 1998, Chávez derrotava os partidos da ordem burguesa e abria passagem ao nacionalismo pequeno-burguês. Ergueu-se a bandeira do “Socialismo do Século XXI”. 17 anos depois, a oposição pró-imperialista derrotou nas eleições parlamentares seus herdeiros. O Movimento de Unidade Democrática (MUD), uma frente de trinta partidos opositores, conquistou 112 cadeiras (7,7 milhões de votos) dos 167 em disputa. O chavismo (Grande Polo Patriótico-GPP), apenas 55 (5,6 milhões de votos). 2 milhões se abstiveram de votar.

A desproporção entre a quantidade de votos e a quantidade de parlamentares tem seu fundamento na Constituição elaborada pelo chavismo, que suprimiu a representação proporcional. O instrumento que serviu ao regime nos anos de arregimentação eleitoral das massas voltou-se contra seus criadores. Está aí por que a oposição pró-imperialista obteve os dois terços que lhe outorgam o controle total da Câmara dos Deputados e a maioria qualificada para aprovar leis, propor reformas e emendas constitucionais, trocar membros do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) e do CNE, convocar plebiscitos, Assembleia Constituinte e reorganizar os poderes do Estado. Desde a trincheira conquistada, a oposição fechará o cerco ao chavismo. O objetivo da reação é remover Maduro da presidência e extirpar o chavismo do aparato do Estado.

As eleições e a alta participação popular (74%) serviram à direita. O que obrigou Maduro a afirmar que “*trinhou a democracia*”. A extensão do período eleitoral, as ameaças de perda de benefícios para aqueles que não votassem com o governo e até os boatos de que o exército poderia impedir o triunfo da oposição não mudou o rumo dos acontecimentos. O fato é que o chavismo está atado de pés e mãos às instituições da burguesia. Ora, sob as condições de brutal crise econômica e de sacrifício das massas as eleições servem às frações contrarrevolucionárias, que no passado tentaram a via do golpe militar. Os Estados Unidos sempre estiveram por trás dos opositores, seja em apoio ao golpe ou ao seu fortalecimento eleitoral.

O descontentamento popular diante da incapacidade do governo de pôr fim à crise impulsionou o “voto castigo”. O chavismo perdeu em todos os distritos eleitorais do país. Promessas de moradias, trabalho, alimentos e novos benefícios sociais não conseguiram estancar o sangramento de suas bases eleitorais. Em Caracas, no bairro Petare (o maior da América Latina), o MUD ganhou com 64,6% contra 32,4%. Nas regiões em que se concentram o operariado, a oposição ganhou por mais de 20%. Basta observar esses dados para confirmar que a brutal crise esteve na base da derrota chavista. O país fechará o ano com uma inflação acima de 200%. A queda do PIB está na casa de 9%. As reservas internacionais atingiram seu nível mais baixo em 12 anos. O desabastecimento de alimentos, remédios e produtos básicos supera 60%. O dólar vale 920,63 bolívares. O valor da cesta básica para uma família de cinco membros elevou-se a 100 mil bolívares por mês, enquanto o salário mínimo não alcança os 10 mil.

O chavismo tinha como certa a possibilidade de uma der-

rota eleitoral. Porém, acreditava ainda manter uma votação expressiva capaz de impedir a conquista da maioria pela oposição. Essa expectativa se demonstrou falsa. O que demonstra até que ponto a cúpula chavista esteve ausente e de costas ao processo de desagregação de suas bases sociais.

A via do autogolpe no seio do governo para desviar o rumo das eleições (como tinha sido, aliás, propagandeado por setores burgueses, visando a incentivar os Estados Unidos a apertarem o cerco à nação), não se confirmou. Certamente, essa via não conseguiria impor-se sem uma ruptura do chavismo com a camisa de força da legalidade, de um lado, e com uma grande parcela setor das massas, de outro. O que sem dúvida levaria a resolução dos conflitos inter-burgueses às ruas e, fundamentalmente, para o interior das Forças Armadas. O fato é que imperou a ordem eleitoral. No entanto, a vitória da oposição recrudescerá a crise do regime político.

O governo já avançou em medidas para “blindar” suas posições no seio do Estado em face da ofensiva opositora que se espera. A burocracia surgida do ventre chavista, as novas camadas burguesas e parte da hierarquia militar que se enriqueceram na sombra do Estado pretendem implementar medidas e realizar nomeações de funcionários para se proteger contra os processos jurídicos e penais que, sem dúvida, se abrirão uma vez constituída a maioria parlamentar, em 2016. No dia 15 de dezembro, se aprovaram as nomeações de 13 novos integrantes do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) no Parlamento.

Por outro lado, a aparente fortaleza da oposição é relativa. Trata-se de uma frente de partidos que, embora unidos sob o objetivo de varrer o chavismo, têm divergências sobre os métodos e os ritmos para a remoção de Maduro. Por enquanto, a fração comandada por Capriles atua como árbitro das disputas internas à oposição. Trata-se da fração que mais trabalhou nos últimos anos pela via eleitoral. A experiência do fracassado golpe de 2002 o convenceu que era melhor esperar por uma virada política provocada pela crise econômica. As posições institucionais de Capriles contiveram as frações mais radicalizadas, como a da Vontade Popular, de López. O imperialismo apoiou indistintamente uma e outra fração.

No momento em que o chavismo passou a comandar o Estado burguês, a economia mundial ganhava impulso e os elevados preços do petróleo permitiram ao governo manobrar com o assistencialismo diante das graves consequências do atraso, da miséria e da pobreza. A gigantesca renda petrolífera permitiu espalhar migalhas entre os famintos e miseráveis, favorecer ganhos salariais, desenvolver planos de moradias e aprofundar a subordinação dos explorados ao chavismo. Tais condições permitiram-lhe amordaçar o movimento operário por meio das direções burocrático-nacionalistas e pela repressão a seus destacamentos mais radicalizados. Bastou que a crise de superprodução empurrasse o capitalismo para o descenso para que esses alicerces cedessem.

Nota-se, porém, que o chavismo foi incapaz de redirecionar a volumosa renda petrolífera para o desenvolvimento das

forças produtivas internas. Pelo contrário, a economia nacional continuou a permanecer atrasada e dependente das movimentações do capital monopolista. Sob essas condições de raquitismo econômico não pôde se constituir uma poderosa fração burguesa baseada na indústria e no mercado interno, embora servisse para a formação de uma camada de arrivistas que se constituíram na sombra do governo e passaram a depender do aparato estatal para sobreviver. Entretanto, a oligarquia latifundiária e a burguesia nacional ligada ao comércio, à indústria e às finanças permaneceu com total controle da propriedade privada dos meios de produção. Observa-se que o respeito à grande propriedade privada pelo chavismo favoreceu à sobrevivência da oposição pró-imperialista, que manteve como seu mais firme apoio o imperialismo. Ao redor dessas frações burguesas se organizou a pequena burguesia urbana e rural. Foram essas condições, de conjunto, que fortaleceram a radical oposição pró-imperialista.

A crise mundial, o fechamento dos mercados, a queda dos preços do petróleo e as movimentações dos capitais monopolistas atingiram finalmente os fundamentos do regime chavista. A crise econômica passou a determinar diretamente a crise política. Esgotaram-se todas as margens fiscais e econômicas do governo para conter a desagregação social e a destruição dos ganhos do proletariado, dos assalariados e dos camponeses.

92 anos da morte de V. Lênin

O Partido Operário Revolucionário chama os explorados e a juventude a estudar a fundo a teoria leninista da revolução e do internacionalismo proletários
Viva Lênin!

O extrato abaixo faz parte do artigo de Vasil Kolarov sobre V.I. Lênin. Kolarov conheceu Lênin em setembro de 1915, na Conferência de Zimmerwald, segundo sua própria informação. Kolarov iniciou sua militância no partido de esquerda, marxista, búlgaro. Lutou na guerra dos Balcãs, em 1912-13. Com a guerra mundial de 1914, seu partido assumiu o internacionalismo proletário. Compreendeu a bancarrota da Segunda Internacional. Lênin convidou os revolucionários búlgaros a participarem da I Conferência dos internacionalistas em Berna (Suíça). Foi assim que Vasil Kolarov conheceu Lênin.

“Participei com Lênin na comissão que examinou as teses sobre tática. Ali tive a oportunidade de ver a seriedade, a profundidade e o conhecimento das condições concretas com que examinava os problemas táticos. Não reconhecia nenhum dogma e era inimigo das frases vazias. Escutava todo critério fundamentado e aceitava toda proposição racional. Lênin esteve de acordo com uma de minhas proposições sobre o caráter revolucionário.

As teses sobre a “organização dos partidos comunistas” eram impecáveis. Previam a formação de partidos comunistas exemplares. Eu não tenho nada a me opor a elas, disse Lênin, mas o problema é que são inaceitáveis para os partidos comunistas dos países capitalistas, que necessitam de uma organização simples e factível. Estava contra todo tipo de esquematismo nos problemas da organização e insistia que se partissem exclu-

Maduro avançou seu mandato sem condições para controlar a inflação, sem base material na economia nacional para equacionar as flutuações do mercado mundial e os desequilíbrios fiscais, e sem alianças políticas e diplomáticas capazes de frear a ofensiva das forças contrarrevolucionárias externas. De forma que não haverá como sustentar a ilusão das massas na “revolução bolivariana”. O chavismo terá de recorrer a restrições no assistencialismo e a medidas anti-operárias e anti-populares.

A classe operária será obrigada a recorrer às antigas experiências e tradições de luta em defesa de suas reivindicações e suas condições mais elementares de vida. O que colocará a necessidade de forjar uma vanguarda educada nos métodos da luta de classes e organizada sob o programa da revolução e ditadura proletárias. A experiência histórica da Venezuela demonstra que sem o seu partido o proletariado não tem como se erguer em defesa da nação oprimida, avançar sobre propriedade privada dos meios de produção e realizar a sua transformação em propriedade social. Não há outra via de combate à contrarrevolução em curso senão lutando por um governo operário e camponês. Sem dúvida, a convulsiva situação social voltará a colocar à luz do dia a necessidade de resolver essa contradição histórica, que é a de superar a crise de direção revolucionária constituindo o partido marxista-leninista-trotskista.

sivamente das reais necessidades dos partidos e daquilo que estivessem em condições de realizar.

As teses foram reelaboradas de acordo com as indicações de Lênin.

O Congresso terminou seus trabalhos com maior entusiasmo e todas as resoluções foram aprovadas por unanimidade. Os debates se centraram fundamentalmente sobre os problemas de tática e isso é compreensível, uma vez que o Congresso tinha sido convocado em um período de transição, momento em que desacelerava o ritmo da revolução mundial e cresciam as dificuldades para seu avanço. As condições existentes nos países capitalistas exigiam dos partidos comunistas grande precaução e zelo e a mais séria preparação dos combates de classe. A consigna fundamental lançada pelo III Congresso proclamava: “Às massas! Ao trabalho pela conquista das massas!”

O extrato abaixo faz parte do livro “Com Liebknecht e Lênin”, de Willi Münzenberg. Münzenberg relata que a juventude suíça conheceu mais de perto os pontos de vista de Lênin e do programa bolchevique no outono de 1915 (editado em setembro de 1915). O folheto “O Socialismo e a Guerra”, traduzido pela primeira vez em Zurique para o alemão, teve grande repercussão. Eis o testemunho de Münzenberg:

“O livro de Lênin foi para nós uma revelação e nos mostrou os defeitos e os erros da ideologia pacifista e social-religiosa, que até então nos pareciam uma arma útil para a luta contra

a guerra. Ao ler o livro de Lênin compreendemos que o único meio contra a guerra era a luta irreconciliável de classes, a revolução”.

(...) “Sob a influência das ideias leninistas, no inverno de 1914-1915, rompemos com todos os grupos pacifistas e centristas e, em estreito contato com os membros esquerdistas do partido, nos esforçamos por desenvolver as ações de massa e o trabalho de organização entre elas”.

(...) “Nas conversas com Lênin, vimos claro o que significa o conceito “guerra”. Compreendemos a essência da guerra imperialista e aprendemos a observá-la, não pelos seus aspectos externos imediatos, mas pela essência de seu conteúdo. Atitude do partido diante da defesa da pátria foi, durante muitos anos, o problema fundamental litigioso na socialdemocracia suíça. Mas os social-patriotas, os centristas, e os esquerdistas examinavam esse problema do estreito ponto de vista social democrático e enredavam-se em discussões sobre a diferença entre a guerra ofensiva e a guerra defensiva. Mas nós aprendemos a distinguir o conteúdo social e político do conceito “guerra”.



Depois de uma série de discussões que tivemos com Lênin, nós, que éramos antes firmes partidários do “desarmamento total”, compreendemos que nossos amigos alemães da Internacional da Juventude se equivocavam em colocar a tese de que “na época imperialista não pode haver senão guerras imperialistas”. Lênin nos demonstrou que na atual época era possíveis as guerras revolucionárias pela libertação nacional e que a atitude do proletariado internacional a respeito a estas últimas devia ser distinta em relação às guerras imperialistas. Graças à colocação do problema da guerra de forma consequentemente marxista, encontramos rapidamente a resposta às perguntas de se aprovar ou negar os créditos de guerra e de se reconhecer ou não a defesa da pátria no Estado capitalista.

Não menos importante, para nós, foram os métodos marxistas de propaganda revolucionária contra a guerra elaborados por Lênin: “não desarmamento”, mas armamento do proletariado e desarmamento da burguesia; não à renúncia individual ao serviço militar em geral, mas a agitação revolucionária no exército, criação de grupos de soldados vermelhos e conselhos de soldados; organização de grandes greves e ações revolucionárias de massa e transformação destas em insurreição armada”.

Transcrevemos um trecho das “Notas do Diário” de Bohumir Smeral, que conheceu Lênin na primavera de 1920. Pertencia ao partido socialdemocrata da Checoslováquia. Em seguida, participou da formação do Partido Comunista. Smeral relata que a atenção de Lênin para com ele se devia não somente por se tratar dos poucos estrangeiros que chegaram na República Soviética no momento em que se impunha um bloqueio parcial, mas também pelo fato de ser socialdemocrata. Interessava a Lênin saber sobre o reflexo que tinha na Checoslováquia o problema nacional. Smeral anotou em seu diário uma passagem de sua conversa com Lênin:

“Na época do capital financeiro, na época do imperialismo, não se pode dizer que cada nação que goze formalmente da independência política seja já independente. Atualmente, existem formas completamente particulares de dominação colonial e financeira sobre a maioria da população do mundo por uma pequena minoria dos países capitalistas mais ricos. A luta pela autodeterminação nacional adquirirá agora cada vez mais um caráter de luta contra essa opressão. Essa é a fórmula típica do problema nacional para o presente e o futuro. A guerra imperialista mundial revelou a falsidade da democracia burguesa, somente formal, uma vez que demonstrou rapidamente, na prática, suas consequências para os trabalhadores. Depois desta guerra, a vida prática mostrará também a nações inteiras o engano da realização somente formal do princípio de “autodeterminação nacional”, que se tem como um de seus méritos a “democracia ocidental”, engendrada pela paz de Versalhes. Em todos os pequenos Estados recém-criados, assim como nas colônias, os trabalhadores verão na prática o quanto insuficiente é para a nação em seu conjunto apenas a libertação política. O verdadeiro internacionalismo proletário exige que os interesses da luta proletária em um país se submetam aos interesses desta luta em escala internacional, e que o povo que tenha vencido a burguesia seja capaz e esteja decidido a realizar grandes sacrifícios nacionais para derrotar o capitalismo mundial”

“Estas e outras ideias Lênin não expressou em tom de autoridade absoluta. Ao contrário, ele se interessava pelo critério de seu interlocutor. Arrancava-me com frequência as palavras, desejando conhecer como eu raciocinava diante de tal formulação”.

“-Você vem de um ambiente muito sensível às relações nacionais – me disse Lênin -. Suas ideias são um reflexo da realidade, por isso as manifeste livremente. Sim, sim, a situação de vocês é muito complicada. O caminho para a união combativa do proletariado checo e alemão se vê extremamente obstaculizado por tudo o que ocorreu, mas apesar de tudo, vocês devem fazer com que o proletariado checo e alemão se unam o mais rápido possível em uma mesma frente. Se não ocorrer isto, sua luta de classe tomaria formas mais dolorosas. No que diz respeito aos prejuízos da pequena burguesia, ao seu egoísmo e a sua estreiteza nacional, vocês deverão levá-los em conta, inclusive depois de superadas as incompreensões nacionais entre o proletariado checo e o alemão. Esses prejuízos desaparecerão somente quando desaparecerem o imperialismo e o capitalismo”.

(Extraído do livro *Recuerdos de Lenin* (Recordações de Lênin), Editorial Fundamentos, Madrid, 1977)